



Anais da Assembleia

N.º 29

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1.985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1985

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Antônio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, na condição de Líder da Bancada do PMDB, a indicação dos membros das Comissões Técnicas Permanentes desta Assembleia, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V, constantes deste requerimento.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governador e PMDB.

ANEXO I

COMISSÃO DE AGRICULTURA

TITULARES:

Eduardo Baggio
Orlando Pessuti
Paulo Furiatti
Sabino Campos

SUPLENTE:

Ervin Bonkoski
Mário Pereira
Rubens Bueno
Sérgio Spada

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

TITULARES:

Acyr Mezzadri
Adhail Sprenger Passos
Eduardo Baggio
Edmar Luiz Costa

SUPLENTE:

Ervin Bonkoski
Herma Brandão
Mário Pereira
Paulo Furiatti

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES:

Tadeu Bento França
Rubens Bueno

SUPLENTE:

Adhail Sprenger Passos
Amélia Hruschka

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Amélia Hruschka
Djalma de Almeida César
Edmar Luiz Costa
Herma Brandão
Tadeu Lúcio Machado
Roberto Requião
Mário Pereira
Trajano Bastos

SUPLENTE

Arleir Tilfrid Ferrari Júnior
Artagão Mattos Leão
Dirceu Manfrinato
Ervin Bonkoski
Homero Oguido
José Antônio Fonseca
Tadeu Bento França
Nestor Baptista

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES:

Djalma de Almeida César
Ervin Bonkoski
Homero Oguido
Tadeu Lúcio Machado

SUPLENTE:

Artagão Mattos Leão
Dirceu Manfrinato
Edmar Luiz Costa
Roberto Requião

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES:

Acir Mezzadri
Herma Brandão
Roberto Requião
Trajano Bastos

SUPLENTE:

Amélia Hruschka
Edmar Luiz Costa
Ervin Bonkoski
Nelson Vasconcellos

ANEXO II

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES:

Adhail Sprenger Passos
Artagão Mattos Leão
Ervin Bonkoski
Sabino Campos

SUPLENTE:

Mário Pereira
Nestor Baptista
Rubens Bueno
Sérgio Spada

Márcio Almeida	Djalma de Almeida César
Sérgio Spada	Homero Oguido

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES:	SUPLENTE:
-------------------	------------------

Arleir Tilfrid Ferrari Júnior	Eduardo Baggio
José Antônio Fonseca	Hermas Brandão
Orlando Pessuti	Tadeu Bento França
Sérgio Spada	Roberto Requião

ANEXO III

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TITULARES:	SUPLENTE:
Artagão Mattos Leão	Acir Mezzadri
Dirceu Manfrinato	Ervin Bonkoski
Djalma de Almeida César	Tadeu Lúcio Machado
Nestor Baptista	Orlando Pessuti

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

TITULARES:	SUPLENTE:
Homero Oguido	Acir Mezzadri
Tadeu Bento França	Adhail Sprenger Passos
Mário Pereira	Amélia Hruschka
Nestor Baptista	Traiano Bastos

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES:	SUPLENTE:
Hermas Brandão	Adhail Sprenger Passos
Homero Oguido	Dirceu Manfrinato
Tadeu Lúcio Machado	Roberto Requião
Traiano Bastos	Sabino Campos

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES:	SUPLENTE:
Ervin Bonkoski	Acir Mezzadri
Mário Pereira	Arleir Tilfrid Ferrari Jr.
Nestor Baptista	Eduardo Baggio
Sérgio Spada	Rubens Bueno

ANEXO IV

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

TITULARES:	SUPLENTE:
Arleir Tilfrid Ferrari Júnior	José Antônio Fonseca
Ervin Bonkoski	Márcio Almeida
Tadeu Bento França	Orlando Pessuti
Nestor Baptista	Sabino Campos

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

TITULARES:	SUPLENTE:
Adhail Sprenger Passos	Tadeu Lúcio Machado
Orlando Pessuti	Nelson Vasconcellos
Oswaldo Alencar Furtado	Rubens Bueno
Paulo Furiatti	Sabino Campos

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

TITULARES:	SUPLENTE:
Arleir Tilfrid Ferrari Júnior	Eduardo Baggio

Dirceu Manfrinato	Márcio Almeida
Mário Pereira	Paulo Furiatti
Sabino Campos	Rubens Bueno

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

TITULARES:	SUPLENTE:
-------------------	------------------

Adhail Sprenger Passos	Djalma de Almeida César
Ervin Bonkoski	Hermas Brandão
Roberto Requião	Nestor Baptista
Rubens Bueno	Traiano Bastos

ANEXO V

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

TITULARES:	SUPLENTE:
Amélia Hruschka	Djalma de Almeida César
Márcio Almeida	Nelson Vasconcellos
Sérgio Spada	Roberto Requião

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES:	SUPLENTE:
Amélia Hruschka	Arleir Tilfrid Ferrari Jr.
Márcio Almeida	Homero Oguido
Nelson Vasconcellos	Paulo Furiatti
Orlando Pessuti	Sabino Campos

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a INDICAÇÃO, para comporem a Comissão Especial para Elaboração da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, dos nomes dos seguintes Senhores Deputados:

ORLANDO PESSUTI
MÁRIO PEREIRA
HOMERO OGUIDO

Suplente: **JOSÉ ANTÔNIO FONSECA**
Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.
(a) **CAÍTO QUINTANA**
Líder do Governo e PMDB.

OFÍCIO Nº INT. 002/85

Curitiba, 18 de abril de 1985.

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que estou encaminhando ofício à Liderança do Partido Democrático Social, desvinculando-me, a partir desta data, da orientação imprimida à Bancada, passando a ter conduta independente nesta Assembléia Legislativa.

2. Outrossim, comunico que essa atitude não representa meu desligamento do Partido, ao qual continuarei dar meu esforço para manutenção da sua linha ideológica, que sempre defendi com entusiasmo e convicção.

Sem mais, aproveito para renovar a manifestação de apreço.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n.º 201/84, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros, dispondo sobre ascensão funcional de ocupante do Quadro de Funcionários do Poder Executivo, conforme específica.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 22/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 64/85), que autoriza abertura de crédito especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, no valor de Cr\$.....501.000.000 e Cr\$ 11.000.000, respectivamente.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O projeto em tela, aprovado em terceira discussão, não sofreu quaisquer emendas, motivo pelo qual dada a relevância e urgência da matéria, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados ao presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais deste Poder um VOTO DE PESAR pelo prematuro desaparecimento do nobre Vereador ALEIXO KOTKOSKI, pelo PMDB, no Município de Campo do Tenente.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa sejam cientificados os familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado, nesta Capital – pela posse de sua nova Diretoria eleita para a Gestão 85/87.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao presidente dessa Associação, Sr. Arnaldo Camargo Neto.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Ministério da Previdência Social, com cópias à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitação no sentido de que seja reconhecida à mulher que trabalha na lavoura, o direito à aposentadoria por idade, aos 50 anos, ou por tempo de serviço, aos 25 anos de atividades no campo.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

Embora trabalhe muitas vezes de sol a sol no campo, além de se responsabilizar pelas obrigações do lar, a mulher não tem direito à aposentadoria por idade ou por tempo de serviço, em razão dessa atividade.

Tal situação, injusta e discriminatória, atinge milhares e milhares de mulheres em todo o País. São mulheres que trabalham por extrema necessidade, ou porque precisam ajudar no sustento da casa ou mesmo porque são a única fonte de sustentação dos filhos ou do próprio marido, quando o têm.

Mesmo assim, a lei não a contempla. Ignora-se por completo, deixando-a entregue à própria sorte. Melhor dizendo, à desdita.

Daí a necessidade de se voltar a atenção para o problema. A necessidade de rever tal questão, a fim de se proporcionar à mulher da lavoura um tratamento mais justo, mais digno e mais humano.

Esse, aliás, é o grito que nos vem de Wenceslau Braz, cujas mulheres do campo, amparadas e respaldadas pelas autoridades municipais, em abaixo-assinado pedem ao Governo Federal que reconheça a elas e a todas as que vivem o mesmo drama, o direito à aposentadoria por idade, aos 50 anos, e por tempo de serviço, aos 25 anos de atividade.

A reivindicação merece atenção e acolhida, por reclamar a eliminação de uma injustiça, que precisa ser urgentemente abolida, para que possa também a mulher do campo contar com o amparo de nossa legislação social e previdenciária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador solicitação no sentido de que seja constituída, com a maior brevidade possível, Comissão Especial de alto nível e suprapartidária, com a participação e orientação do Instituto de Terras e Cartografia – ITC, destinada a dirimir dúvidas e estabelecer um consenso no que respeita à definição das divisas entre os Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu e São Miguel do Iguaçu.

Tal iniciativa justifica-se pelas constantes controvérsias que surgem no tocante às confrontações entre os referidos municípios, fato que vem causando inúmeros conflitos de jurisdição.

A Comissão Especial proposta, para que não parem dúvidas quanto à legalidade de seus atos e representatividade dos interesses regionais, deverá ser constituída da seguinte forma:

a) Um (01) representante do Instituto de Terras e Cartografia, como órgão executivo do Governo do Estado;

b) um (01) representante do Executivo de cada Município;

c) dois (02) representantes das Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, indicados um pelo PMDB e outro pelo PDS;

d) Deputados Estaduais que representam os interesses dos Municípios citados.

Nestas condições, atendido o presente requerimento, os Deputados subscritores têm a mais absoluta certeza de que se estará prestando um inegável e relevante serviço à região e ao Estado, para remoção de pontos de atrito desnecessários e injustificáveis, que tantos danos causam.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(aa) SÉRGIO SPADA e
TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa do Paraná, a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando a criação e instalação de Companhia Independente da Polícia Militar na cidade de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Nas ocasiões em que as comunidades de minha região de ação política recepcionaram as autoridades governamentais do Estado do Paraná e com elas mantiveram encontros, receberam dentre os acenos de realizações, a concretização de sua reivindicação pela implantação de Companhia Independente da Polícia Militar na cidade de Umuarama, como ponto de ampliação do sistema de segurança pública envolvendo o bom e seguro funcionamento das casas bancárias e firmas comerciais e como escopo principal, a guarda da população contra a violência - hoje a síndrome do medo.

Umuarama, por sua condição de cidade pólo, concentra uma dinâmica muito ativa na movimentação de homens de negócios e valores, hospeda uma condição de cidade universitária com presença maciça de estudantes, fatores suficientes para convencer a Secretaria de Estado da Segurança Pública e seus órgãos militares a instalar, nos moldes aplicados atualmente em outros municípios do Estado, o importante órgão militar em Umuarama.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a conclusão da pavimentação da Rodovia PR-317, Toledo-Santa Helena, no trecho entre São Clemente e Santa Helena.

Outrossim, é requerido o encaminhamento do teor deste à Associação Comercial e Industrial de Santa Helena, Câmara Municipal de Santa Helena, Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Apenas 15 quilômetros de obras de pavimentação estão para ser concluídos, concretizando, assim, o sonho de comunidades progressistas que vêem na ligação asfáltica, as possibilidades de melhoria de condições evolucionistas da região. As obras foram iniciadas há algum tempo e, inexplicavelmente, paralisadas, entravando, desta forma, o desenvolvimento sócio-econômico local.

Esse entrave é representado pelas dificuldades do escoamento dos produtos agrícolas, dos quais a região é pródiga na sua produção e essa é a rota preferencial da movimentação do transporte de grãos, por onde se atinge mais facilmente as grandes vias intermunicipais que demandam aos grandes centros processadores dos produtos primários.

Por outro lado, com a formação do Lago da Hidrelétrica de Itaipu, foram implantados centros turísticos ao longo de suas margens, destacando-se o instalado em Santa Helena e que, pela sua qualidade e colocação estratégica na região, tem levado grandes levadas de turistas e visitantes de cidades vizinhas sempre utilizando o trecho de estrada em evidência, sobrecarregando-o e exigindo melhores condições rodoviárias.

Levando-se em conta esses aspectos analisados bem como o considerável nível progressista regional, como também a necessidade de imprimir melhorias na área rural, de forma a estimular a vinculação do homem ao campo, revertendo-se, assim, o fenômeno migratório, a conclusão da pavimentação da PR-317, entre Toledo e Santa Helena, especificamente no trecho que compreende São Clemente e Santa Helena, é imprescindível para a região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, através do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, no sentido de que se estude as possibilidades da liberação de recursos a serem aplicados no combate à erosão existente na Municipalidade de Janiópolis.

Tendo em vista a situação considerada em muitos aspectos até mesmo de certa gravidade, no que diz respeito a desagregação do solo, o Município de Janiópolis, vem, já há vários anos, sofrendo as terríveis consequências de tal problema. Inúmeras são as estradas que se tomam intransitáveis exatamente pela ação das chuvas (e por muitas vezes do próprio homem que não aplica técnicas conservacionistas); ou ainda a erosão em alguns Distritos Administrativos e localidades tem afetado o perímetro urbano, pondo em risco a vida e a segurança dos seus moradores.

Ademais, a Administração Municipal de Janiópolis não tem se omitido nesta questão. Pelo contrário, tem desenvolvido verdadeiros programas para, se não eliminar, pelo menos evitar o avanço da erosão na camada fértil do solo.

Mas, no entanto, faz-se necessário o apoio dessa SUDESUL e Ministério do Interior, assegurando, o mais breve possível, a liberação de recursos orçamentários para Janiópolis, o que, sem dúvida, de acordo com o Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal, vem de encontro com os interesses da população, especialmente dos proprietários e trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que avalie as reais possibilidades da construção de um prédio próprio para abrigar a Inspeção Estadual de Ensino, na Municipalidade de Iretama.

Fora de qualquer dúvida que o Município de Iretama, principalmente se comparado aos demais que também pertencem à COMCAM — Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, é o que apresenta um dos melhores índices de crescimento populacional. Tal processo de desenvolvimento se reflete de diversas formas.

No entanto, no âmbito da educação é que se pode ter uma idéia muito exata das evoluções naquela cidade. Nos dias de hoje, verifica-se um expressivo aumento no número de estabelecimentos de ensino, fruto da necessidade decorrente do número de crianças em idade pré-escolar.

Por outro lado, mesmo diante da realidade na área do ensino em Iretama, alguns aspectos necessitam ser revistos, especialmente quanto a organismos de supervisão e assistência ao setor.

Portanto, o objetivo básico do presente Requerimento é no sentido de que essa Secretaria de Estado da Educação estude a possibilidade de determinar a construção da sede própria da Inspeção Estadual de Ensino, primeiramente pelo fato de que a mesma já não é compatível com a potencialidade de Iretama e região, e segundo porque permitirá ampliar ainda mais os seus trabalhos.

Face ao exposto, em atenção a solicitação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Iretama, Humberto Gomes Martins, espera-se dessa Pasta a atenção ao que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, solicitando a criação e implantação de Agência de Rendas Estaduais no Distrito de Ivaté, do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

É crescente, no Distrito de Ivaté, o desejo da população contar com os serviços oferecidos por Agências de Renda, órgão que, no local, facilita o recolhimento de impostos e taxas e orienta o contribuinte no cumprimento das exigências fiscais.

Nossa preocupação está voltada na ampliação dos meios pelo Estado à disposição dos contribuintes que, atualmente, obrigam-se ao deslocamento para a agência mais próxima, com pesados custos de passagens rodoviárias e hospedagem

para cumprir o dever fiscal.

Daí então, com a compreensão da Secretaria de Estado das Finanças, deveremos dotar Ivaté com agência de rendas, como objetivo administrativo a se alcançar constituindo-se o contribuinte no grande beneficiado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do IPE — Instituto de Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a implantação de uma agência, na Municipalidade de Mamborê.

No dia três do mês de outubro do ano de 1983, através de Sessão Plenária realizada naquela ocasião, o Deputado que abaixo subscreve, apresentou solicitação a essa Superintendência, que estudasse as possibilidades de se criar e instalar uma agência do IPE na cidade de Mamborê. Ainda na mesma oportunidade era reafirmada a preocupação das autoridades do Município com relação ao assunto.

Através da presente reivindicação, reiterar o pedido é uma necessidade premente. Mais do que isto, a implantação de um escritório do referido organismo, permitirá atender os previdenciários com maior comodidade e rapidez, além de prestar orientações que se fizerem necessárias.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar o devido encaminhamento do que ora é postulado, e, conseqüentemente, o atendimento de uma antiga aspiração da classe funcional existente em Mamborê.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor José Carlos Campos Hidalgo, Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná, manifestando a esperança do povo de São Jorge do Patrocínio, no tocante a abertura de uma agência da importante instituição bancária na sede do município.

Conforme exposição apresentada ao banco pelo Prefeito Municipal Aparecido Falleiro de Souza, em 28 de março do corrente, a desativação do PEPS, que até agora atendia o próspero município, além de causar natural insatisfação dos correntistas vem prejudicar os interesses do próprio banco. Isto porque é grande a potencialidade produtiva do município, mercê do trabalho das quase 5.000 famílias estabelecidas nos minifúndios existentes nos 8.000 alqueires que compõem o seu território e que atuam especialmente na produção de café em côco.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado, Senhor Doutor José Richa, solicitando que o mesmo determine, através do

Departamento de Educação Alimentar - FUNDEPAR, o estudo da possibilidade da inclusão com a respectiva divulgação dos produtos de origem avícola no cardápio diário da merenda escolar da rede estadual de ensino de primeiro grau, adquiridos pelos órgãos competentes junto aos avicultores ou cooperativas e distribuídos às escolas, a exemplo do que está fazendo o Estado de São Paulo há algum tempo, evitando assim, o desperdício ocasionado pelo excesso de produção e aumentando o grau de proteínas na alimentação escolar, de forma racional e barata.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

É sabido que os avicultores paranaenses passam por uma crise sem precedentes, ocasionada pelo excesso de estoque do produto, fruto do desequilíbrio entre a produção e o consumo.

A primeira, acontecida por incentivo governamental anterior e a diminuição do segundo, ocasionada pela queda do poder de aquisição da população de média e baixa renda, que são seus maiores consumidores.

É necessário analisarmos o âmbito de tal requerimento por algumas formas: o impacto social, financeiro e alimentar. O primeiro aspecto, faz-nos recordar um acontecimento chocante e estarrecedor ocorrido há bem pouco tempo, quando os avicultores num gesto de extremismo exagerado sob um forte impacto emocional, queimaram à vista de todos, milhares de pintainhos, fato que está na iminência de se repetir, como forma de protesto pela falta de mercado do produto, fruto de uma política governamental errada, que primeiro estimulou o aumento das granjas avícolas, para fornecer à população de baixa renda, uma alimentação sadia, nutritiva e de baixo custo.

Mas, logo após, abandonou-os à própria sorte, negando-lhes os incentivos importantes para sua manutenção.

O segundo aspecto é bem iminente, revela a angustiante fase, porque passam os avicultores do Paraná, aspecto já exposto no preâmbulo desta petição, mas voltamos a repetir com ênfase: o excesso de estoque do produto está sobrepondo o mercado de consumo.

O avicultor ao fazer o balanço de seu trabalho constata à primeira mão, um prejuízo irreversível, pois que, um frango no ponto de abate, custa mais do que seu preço de venda, prejuízo este que ele procura contrabalancear na venda dos ovos, o que não consegue; pois que, esse produto de fácil aquisição, ao ter seu espaço alterado, afasta-se ligeiramente da mesa do pobre.

O terceiro aspecto, que é o mais importante, é o do valor nutritivo que esses produtos contêm e no caso específico, reportamo-nos à alimentação infantil na idade escolar, quando as crianças carentes necessitam de uma complementação escolar à base de proteínas, coisa que não conseguem nem no seu lar, pois que, nem os seus pais a possuem. E, essas crianças, muitas delas vão à escola em busca de alimentos.

E perguntamos:

Como aprender de barriga vazia?

Se formos percorrer nossas escolas, verificaremos a escassez de conteúdo protéico contido na merenda. E por conhecermos o alto valor nutritivo do ovo, propomos aqui, não tacitamente a inclusão, mas também a substituição de outros complementos alimentares, mais sofisticado e de alto custo, e porque não dizer até importados, como por exemplo os amidos, por esse produto puramente nacional, e que no momento se

encontra em via, até de deteriorização.

Considerando que a avicultura necessita para a sua sobrevivência de um programa de emergência, pelo menos até equilibrar o fator produção - consumo, entendemos que a ingerência governamental no momento crítico é oportuno e necessário, não de forma paternalista que vicia e a nada leva, mas de forma a proporcionar ao avicultor, a valorização do seu próprio trabalho.

Assim, se o governo vier adquirir o excesso de estoque da avicultura, pelo menos nesse período crítico e distribuí-los na merenda escolar, haver-se-á de resolver ou tentar solucionar os problemas contidos nos aspectos analisados, isto é, a colocação momentânea da sobra exagerada do produto, principalmente do ovo, que é incontestável fonte de proteína e por outro lado o mais importante é o enriquecimento da merenda escolar de que tanto necessitam nossas crianças.

Pelo exposto, e crente na sensibilidade dos órgãos governamentais, justificamos nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da COHAPAR — Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, para que estudem as reais possibilidades de se construir um conjunto de casas populares na municipalidade de Juranda.

A administração municipal de Juranda, chefiada pelo Excelentíssimo Sr. Diemes Amadei, tem constatado, dentre outras diversas reivindicações também prioritárias, a real necessidade de se construir unidades residenciais destinadas a famílias de menor poder aquisitivo.

A justificativa básica da presente solicitação, prende-se ao fato de que, há muito tempo tem-se constatado a dificuldade de se conseguir uma casa para morar, motivo pelo qual as principais lideranças daquela cidade.

Neste sentido, é de se esperar dessa Companhia, que dê um parecer sobre o assunto ora em pauta e, mais do que isto, aguarda-se que a mesma possa se tornar, num menor espaço de tempo, uma realidade.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente da SANEPAR — Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo a implantação da rede de água no Distrito Administrativo de Bandeirantes D'Oeste, pertencente à municipalidade de Goioerê.

O Distrito Administrativo de Bandeirantes D'Oeste, inegavelmente representa a conjugação de inúmeros fatores pelo processo desenvolvimentista do Município de Goioerê, cuja maior sustentação sócio-econômica daquela localidade, a exemplo do município, se dá através das atividades agropastoris.

Tal realidade conjuntural é o resultado dos esforços de cada morador de Bandeirantes D'Oeste, que, com o seu trabalho e a passos largos, só tem engrandecido ainda mais aquela região.

Mas, no entanto, devido ao progresso vivenciado, urge também analisar as reais estruturas de Bandeirantes D'Oeste, notadamente no tocante ao bem-estar de sua gente. Neste sentido, no que diz respeito à água distribuída à população, não existe uma rede capaz de atender a todos. A maioria, seguramente, não dispõe de tal serviço, o que só acarreta prejuízos.

Baseando-se em iniciativa do Excelentíssimo Sr. Valdinei José Peloi, integrante do Poder Legislativo de Goioerê, o presente requerimento tem por finalidade básica que essa SANEPAR e Secretaria do Estado do Interior, mediante estudos, avaliem as possibilidades de se implantar, num menor espaço de tempo possível, uma rede de água a toda a população.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que, mediante avaliações, estude as possibilidades de oferecer maior apoio ao setor, na municipalidade de Fênix.

A constatação de que o setor de saúde do Município de Fênix, notadamente no que tange aos organismos, de atendimento ao público, não tem uma estrutura compatível com suas verdadeiras necessidades, é feita pelo Ilustríssimo Sr. Carlito Figueira da Silva, que preside o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade. Inclusive a citada pessoa, afirma que as dificuldades podem muito bem ser sentidas quando se trata da questão da cota de remédios ou equipamentos.

Uma vez em se tratando de importante reivindicação, que não somente representa o interesse do Ilustríssimo Sr. Carlito Figueira da Silva, mas da população de um modo em geral, é que é apresentada esta solicitação; onde se espera dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a verificação de tal problema e, conseqüentemente, o encaminhamento de medidas cabíveis.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da EMOPAR — Empresa de Obras do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, no sentido da realização de levantamentos, assim como de reformas gerais na Escola Estadual Marechal Rondon - Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Campo Mourão.

Atualmente, o conjunto dos estudantes e professores têm vivenciado diversos problemas decorrentes das péssimas condições verificadas na quadra de esportes existente no conceituado e tradicional estabelecimento de ensino mourãoense. Tal situação tem até mesmo comprometido o desenvolvimento de qualquer prática esportiva, notadamente aquelas que são ministradas pelos professores de educação física a alunos, conforme especifica a Lei 5692, que regula o ensino a nível de primeiro e segundo graus, no que diz respeito a tal disciplina, que deve ser obrigatória.

Ademais, o mencionado educandário não dispõe, em suas finanças próprias, recursos que permitam a execução de reformas que revitalizem aquela quadra de esportes, conforme informa, através de ofício, a real necessidade de haver apoio por parte dessa Pasta.

Face ao exposto, é de se esperar a imprescindível colaboração dessa EMOPAR, através da Secretaria de Estado da Administração, pois este é o desejo da Direção da Escola Mal. Rondon, cuja responsável é a Ilustríssima Sra. Eugênia I.M. Teixeira.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 57/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Município de São José, criado pela Lei n.º 8075, de 17/04/85, passa a denominar-se SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1985.

(aa) GERNOTE KIRINUS e

SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA.

A mudança de nome que se propõe para a denominação do recém-criado Município de São José, para São José das Palmeiras, vem ratificar a aspiração da sua população, e retornando para a antiga denominação do Distrito.

Tal mudança também servirá para evitar o problema da coincidência de nomes com municípios já existentes em outros Estados.

O Município de São José, criado pela Lei n.º 8075, ainda não teve efetivada a sua instalação, razão pela qual deixamos de anexar ao processo a documentação exigida pela Lei Complementar n.º 02, Lei Orgânica dos Municípios.

Queremos, ainda, salientar que, com a denominação de SÃO JOSÉ, já existe município no vizinho Estado de Santa Catarina.

Estas são as razões da apresentação do presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Squarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Djalma de Almeida César, inscrito.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Há várias décadas, o Município de Cândido de Abreu, situado na região central do Estado, vinha batalhando, sempre com insucessos, pela pavimentação da rodovia que liga Reserva a Manoel Ribas.

No início do Governo José Richa, líderes regionais foram recebidos no Palácio Iguaçu, onde, na presença deste Deputado, do Juiz de Direito daquela comarca e do Sr. Osvaldo de Oliveira Lacerda, o Chefe do Poder Executivo estadual, após consultar o Secretário de Transportes, assumiu o compromisso de construir a Rodovia Reserva - Manoel Ribas.

A notícia da audiência foi levada ao conhecimento da população dos municípios que seriam beneficiados, a qual recebeu apática a promessa do Governador, pois, segundo se comentava, essa, como todas as outras, certamente jamais seria cumprida.

Nem mesmo a inclusão da obra no Plano Prioritário do Governo, levou os moradores da região, já acostumados em ver papéis, escutar palavras e estudar projetos, nos anos anteriores, mas, sem qualquer solução, a acreditar que aquele grande anseio seria tornado realidade.

Os sacrifícios impostos à região já eram conhecidos do resto do Paraná, pois, quase não há quem ignore que, se chover, o Município de Cândido de Abreu fica completamente isolado.

A região, apesar de possuir terras férteis, com uma produção agrícola digna de merecer maior apoio da administração pública, e de manter também na pecuária um bom índice de aproveitamento, o escoamento da safra invariavelmente é dificultado pelo difícil acesso e receio dos transportadores em ficarem impossibilitados de se locomover, no caso de serem surpreendidos por uma chuva mais forte.

Assim, as lavouras de milho, feijão, algodão e soja, bem como a criação de bovinos, equinos e suínos, até o presente momento, tem a sua expansão limitada, pela falta de uma rodovia que assegure escoamento sem maiores transtornos.

A população de Cândido de Abreu e de Reserva sempre acalentava o sonho quase impossível de contar com o afastamento daquela rodovia, e, como resposta ao estímulo recebido do Governo, aumentar consideravelmente sua produção, passando a contribuir de forma destacada para a melhoria econômica de nosso Estado.

No dia 15 deste mês de abril, o Governador José Richa, juntamente com o Secretário Deni Schwartz, na presença deste e de outros parlamentares, e de outras lideranças locais, como os Senhores Darci Schactae e Oswaldo Lacerda, respectivamente Vereador e Presidente do PMDB de Cândido de Abreu, assinaram, no Palácio Iguaçu, com as firmas empreiteiras ganhadoras da Concorrência Internacional n.º 004/84 — NAL, os contratos de serviços de terraplenagem, pavimentação e restauração do Terceiro Programa de Estradas Alimentadoras conhecido por BID — III.

A construção dessa Rodovia, com 92 quilômetros de extensão terá um custo inicial de 95 bilhões de cruzeiros, e deverá contar com várias pontes e um viaduto com cerca de 52 m, na passagem da linha férrea Manoel Ribas — Reserva.

Os recursos aplicados pelo Estado, portanto, terão retorno a médio prazo e não trilharão os caminhos sem volta dos milhares de dólares que engordam nossa dívida externa, cuja aplicação, até esta data, não está bem explicada, haja vista os escândalos financeiros que estão sendo objeto de investigação pelo atual Governo, tais como o "Caso SUNAMAM", cujo montante de 545 milhões de dólares representa quase que cinco vezes mais o total de 117 emprestados pelo Paraná para a concretização do atual Plano que garantirá a estabilidade de grande parte de nossa malha rodoviária na alimentação das principais estradas que cortam nosso Estado.

Em nome da população de Reserva e de Cândido de Abreu, queremos expressar nossos agradecimentos ao Governo do Estado e ao Secretário Deni Schwartz pelo início das obras dessa importante Rodovia, que, ligando Manoel Ribas a Reserva e passando por Cândido de Abreu, por certo consolidará a região como um dos pólos produtores do Estado e será o elo de ligação entre todos os quadrantes do Paraná, pois, Cândido de Abreu,

como todos sabemos, está situado no centro geográfico do Estado".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais, hoje, estampam, com destaque, as decisões da Comissão Interpartidária do Congresso Federal, que está estabelecendo alterações na legislação eleitoral. Apresenta, como conclusão, a ser ainda debatida, é evidente, pelo Congresso, a instituição das eleições em dois turnos.

Já tivemos oportunidade de, ontem, a imprensa da Capital opinar favoravelmente à institucionalização das eleições em 2 turnos.

Mas, eu quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer que se forem verdadeiras as notícias estampadas, por exemplo, na "Folha de São Paulo", hoje, naquilo que diz respeito à composição das convenções municipais na escolha dos candidatos às Prefeituras, há algo a corrigir, e me apresso a fazer, nesta oportunidade, a sugestão no sentido de que, nos casos dos municípios com populações superiores a um milhão de habitantes, e é o caso de Curitiba, a Convenção Municipal que irá escolher a candidatura partidária à Prefeitura, não deve se limitar, apenas, exclusivamente àqueles componentes que aqui o jornal menciona, apenas os membros dos diretórios zonais, os Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no município, os membros dos diretórios regionais com domicílio eleitoral no município, e os delegados dos diretórios às convenções estaduais.

Esquecem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acolher como componentes da Convenção Municipal para escolha do Prefeito, os presidentes ou representantes dos diretórios distritais e também representantes de cada departamento do Diretório: departamento trabalhista, departamento jovem, departamento feminino, como aliás prevê, aqui, através da notícia do jornal, para comporem as convenções municipais para escolha de candidatos à Prefeitura, os municípios com população menor de 1 milhão de habitantes.

Como é que pode um município menor, que muitas vezes não tem condições de organizar diretórios distritais na mesma medida e na mesma intensidade que os diretórios das capitais dos Estados? Nós em Curitiba, por exemplo, temos cerca de 50 diretórios distritais, que ficam aí manietados, sem a possibilidade de participarem da escolha das candidaturas à Prefeitura, se prevalecer a notícia que está no jornal.

E, neste sentido, Sr. Presidente, estou passando um telegrama ao Deputado João Gilberto, Presidente da Comissão Interpartidária, ou relator, que, "baseado notícia "Folha de S. Paulo" edição hoje, pg. 4, encareço incluir composição convenções municipais escolha candidatos Prefeitos, municípios população superior milhão de habitantes, representantes dos diretórios distritais e representantes dos Departamentos Partidários". Como está, aliás, proposta para os municípios com população inferior a 1 milhão de habitantes. Saudações. Adhail Sprenger Passos — Deputado Estadual". Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê):

“Recebo, do Município de Wenceslau Braz, abaixo-assinado, dirigido às autoridades da República, no sentido de que seja estendido o benefício da aposentadoria à mulher da lavoura.

São centenas de assinaturas de mulheres daquele município, respaldadas pelo Prefeito Municipal, José Álvaro Gemin, pelo Presidente da Câmara Municipal, Ledir da Silva Reis, pelo Vice-prefeito e por todos os Vereadores de Wenceslau Braz.

Destacar o mérito da proposição, de iniciativa da Vereadora Carolina Batistão de Souza, seria inteiramente desnecessário.

Desnecessário porque todos conhecemos a situação da mulher do campo, da mulher da lavoura. Todos conhecemos as agruras, o sofrimento, as incertezas, o drama que vivem essas mulheres, assoberbadas pelo trabalho de casa, pelas responsabilidades de mãe e, ainda por cima, forçadas pelas circunstâncias a um trabalho rude na roça. Aí, quase sempre, labutam do nascer ao pôr de sol, mal dormidas, mal nutridas, quando não doentes e inteiramente desassistidas.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Essa mulher parideira, essa mulher lavadeira, para usar os verbos ainda quentes da recém-falecida Cora Coralina, a que acrescentaríamos a mulher bóia-fria, não tem direitos, senão a obrigação de trabalhar, para sobreviver!

A mulher da lavoura não tem, sobretudo, o direito à aposentadoria por idade ou por tempo de serviço.

E é contra isso que ela se insurge. É contra essa ignominiosa situação de desrespeito e de discriminação que também nos levantamos, fazendo coro ao grito pungente das mulheres da lavoura e das autoridades municipais de Wenceslau Braz.

Neste exato momento em que se inicia um novo Governo, um Governo voltado para as aspirações maiores do povo, um Governo que tem por lema a prevalência da verdade e da Justiça e o fim dos privilégios, um Governo que muito deve à luta da mulher contra o arbítrio e a prepotência, exatamente neste momento não pode a mulher da lavoura calar sua voz.

E ela aí está. Falando, por nosso intermédio, clamando por justiça. Apelando para que seja reconhecido o seu direito.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com muita honra, sou o portador dessa reivindicação. Mas que isso. Sou o portador desse verdadeiro brado de alerta, partido de mulheres simples, de mães humildes e humilhadas, de mulheres trabalhadeiras, que não querem e não podem mais viver à margem da sociedade, como simples párias, numa sociedade onde a injustiça não deve ser regra.

Fazendo, também, nosso o apelo que estas páginas contêm, muitas delas amareladas pelo suor e pelas lágrimas de mães cansadas e alquebradas, queremos fazer chegar à Mesa, para oportuno encaminhamento ao Governo da República, mais particularmente ao ministério da Previdência Social, com cópias à Bancada do Paraná no Congresso Nacional, requerimento objetivando sensibilizar as autoridades da União para o urgente reconhecimento à mulher da lavoura, do direito à aposentadoria por idade, aos 50 anos, e por tempo de serviço, aos 25 anos de trabalho”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

A Mesa solicita a gentileza do nobre Deputado Fiori Luiz para integrar a Mesa.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No próximo domingo, dia 21 de abril, a Nação Brasileira mais uma vez prestará homenagem a José Joaquim da Silva Xavier, Tiradentes.

O notável e corajoso brasileiro foi líder de histórico levante patriótico. Ansiando a liberdade do jugo português lutou contra os hostis inimigos, numa batalha que foi sangrenta, pois custou a sua própria vida. Dessa tribuna, novamente, com muita honra, manifesto a minha apreciação e admiração ao mártir da independência, fazendo coro a milhões de patrícios.

É oportuno lembrar que há, porém, os que procuram despersonalizar os heróis e os líderes. A propósito, já ocupei a tribuna desta Casa para ressaltar a controvertida obra “Reflexão e ação em língua Portuguesa”, de Marilda Prates. Adotada por diversas escolas públicas e particulares do Paraná para denunciar, também o “referido” e estranhável desiderato.

Dos quatro livros da coleção, em meio a tantos textos com mensagens sobre os mais variados assuntos, não há qualquer referência positiva ao grande Tiradentes, ou a qualquer outro dos heróis nacionais. Ao contrário, enquanto censura ensina Marilda Prates para reflexão e ação mental dos alunos de 7ª série, que ser herói não é lutar contra os hostis inimigos em sangrentas batalhas. Dá ênfase, também, a textos selecionados de obras escritas não com fins didáticos por eminente autor brasileiro, em que assim faz a sua censura, os líderes, os heróis são vazios, tolos, prepotentes, odiosos e maléficos. Mentem quando se dizem intérprete do povo e pretendem falar a seu nome.

Já disse e repito, que assim como muitos pais, educadores, psicólogos e personalidades da nossa terra, discordam de tais colocações e censuradores conceitos por serem irrealísticos e injustificáveis. Fico com os que, ao longo de nossa história, consideraram e com os que ressaltam José Joaquim da Silva Xavier, um herói com “H” maiúsculo, como um vulto cheio de virtudes, inteligente, repleto de amor pela Pátria, benéfico e ela, e verdadeiro intérprete do povo, exatamente ao contrário da visão negativista e genérica defendida por Marilda Prates e pelos que ardorosamente adotam seus pontos de vista a ponto de acharem ótimos textos desta espécie para serem estudados por alunos de 5ª a 8ª série do primeiro grau.

Oxalá, Sr. Presidente, que os jovens de hoje possam reconhecer as apontadas virtudes, bem como, as incontestáveis coragem e responsabilidade do herói José Joaquim da Silva Xavier.

Enfim, muito se deve a ele, na construção do nosso querido Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje levei um grande susto, quando o Ministro do Exército, Leônidas Pires assegurou à Nação brasileira, que a Constituição Brasileira será respeitada, na eventualidade da morte do Presidente Tancredo Neves, o País respirou aliviado. Fiquei tranqüilo e feliz, como todos os demais brasileiros por esta garantia dada pelo mais alto comandante, supremo do Exército brasileiro.

Mas, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, levei um grande susto. Tendo tomado conhecimento do agravamento do estado de saúde do Presidente Tancredo Neves, pela madrugada,

quando me trouxeram um fato que ocorreu aqui em Curitiba, no dia de hoje, sinceramente fiquei até preocupado, sem saber se teria ou não acontecido o pior para Tancredo Neves, e se a Constituição não seria mais respeitada neste País.

Recorremos ao Sr. Deputado Anibal Khury na sessão do pequeno auditório da Assembléia Legislativa, para uma reunião dos inativos da Polícia Militar e dos Oficiais da Reserva remunerada da Polícia Militar, dia 30 próximo, às 9h30 m da manhã. E hoje é o dia de pagamento dos inativos da Polícia Militar, e alguns colaboradores inativos começaram a distribuir este pequeno convite, para os seus próprios colegas, para que estejam presentes na reunião do dia 30, aqui na Assembléia.

E de repente, foram chamados no Alto Comando da Polícia Militar e quase que, numa prisão, foram ameaçados pelo seu Coronel Sérgio Manoel Mastek Ramos, dizendo que era proibida aquela distribuição, e que eles seriam presos, se insistissem. Pasmem, os Srs... Alguém com espírito de ditador, de arbitrário, de, alguém que não está preparado para o regime democrático; talvez, nos momentos mais cruéis das ditaduras se proibia a distribuição de um pequeno convite, como foi feito hoje, pelo Alto Comando da Polícia Militar.

E é bom que se diga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. líder da Bancada do Governo, Caíto Quintana, a Polícia Militar do Paraná, vergonhosamente, está transformada num comitê eleitoral.

O Comandante da Polícia Militar, Raul Vitor Lopes é candidato a Deputado Federal, e o Coronel Sérgio Manoel Mastek Ramos é candidato a Deputado Estadual, e já estão preparando um sargento, como candidato a Vereador, e eles estão usando a Polícia Militar, como se fosse um comitê eleitoral, uma propriedade deles, e não do povo.

Chegando a esta atitude cretina, absurda, arbitrária, de não permitir a distribuição deste convite até, para quem estava distribuindo, que, o Deputado que promoveria esta reunião, era do PDS, portanto o convite não poderia ser distribuído; e apreenderam, como: nas grandes ditaduras, o convite que era para ser distribuído. Pasmem os Srs.

O meu apelo para que, atos vergonhosos como este não ocorram na Polícia Militar, que não é Comitê Eleitoral do Coronel Raul Vitor Lopes, do Coronel Mastek!

E o meu apelo para que, o Presidente Sarney que é o padrao da Nova República, proíba atos ditatoriais no nosso Paraná!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Péricles Pacheco.

O SR. PÉRCILES PACHECO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Contristada, a Nação inteira acompanha este que é um dos momentos mais amargos de sua História, a doença, a agonia do Presidente Tancredo Neves. Há, no ar, um profundo sentido de frustração, vendo o País a possibilidade não apenas do desaparecimento de seu líder incontestado, como também: até de serem sepultados alguns dos pilares básicos do programa que lastreou a Nova República gestada pelo gênio político de Tancredo.

A par de tais frustrações, que vemos serem generalizadas e registradas em expressões sinceras até de dirigentes de partidos oposicionistas — como, nesta segunda-feira, falando no programa “Bom Dia Brasil”, assim se expressou o Líder do PDS,

Deputado Prisco Vianna —, é preciso acreditar que muitos dos conceitos básicos de Tancredo Neves sobreviverão a qualquer desfecho lamentável quanto ao estado de saúde do Senhor Presidente.

Assim, por oportuno, queremos deixar consignada nos Anais desta Casa a notícia, de toda alvissareira, divulgada pela imprensa, na semana passada, da confirmação, por parte do Senhor Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, do nome do ex-Governador Ney Braga para a Presidência da Itaipu Binacional.

Se nos chega num momento de dor, de amarga expectativa, a confirmação do nome de Ney Braga para a direção da Itaipu Binacional tem que ser reconhecida — justamente nestes instantes de comoção nacional — como nova prova de clareza de visão do Presidente eleito, já que a escolha de Ney Braga corresponde, em primeiro lugar, a uma vontade desse estadista de feições peculiares que hoje luta contra a ironia do destino e as constantes alterações clínicas de que é vítima seu organismo já extremamente debilitado.

Tancredo Neves, ao escolher Ney Braga para uma das posições-chaves desse Ministério vital que é das Minas e Energia, quis não apenas prestar homenagem a um dos líderes nacionais, líder de primeira hora, da chamada Aliança Democrática, cuja conjunção de esforços permitiu a tranqüila eleição de 15 de janeiro deste ano. No gesto de Tancredo Neves, secundado pela integral aquiescência do Senhor Ministro das Minas e Energia, há a soberana manifestação de reconhecimento a um homem cujo passado, como Prefeito de Curitiba, duas vezes Governador do Paraná e ex-Ministro da Agricultura e da Educação tem feito de sua vida pública um instrumento de autêntico serviço público, de integral doação à comunidade.

As distorções que se pretende inculcar na opinião pública, como decorrência da designação de Ney Braga para essa posição-chave e de larga repercussão na vida econômica do País, que é a Presidência da Itaipu Binacional, acabarão se acomodando. Não frutificarão em intrigas e maledicências, algumas das quais extremamente pejorativas, como aquela com que se pretendeu — com evidentes propósitos eleitoreiros — de denominá-lo de “vice-rei do Paraná”.

Os que, como nós, conhecem Ney Braga e sua biografia sabem que, a esta altura da vida, o exemplar homem público paranaense — um dos raros nomes que o Paraná, nas últimas décadas, viu projetado e consolidado a nível nacional — encara a nova posição como encargo e missão que levará a bom termo. É uma nova tarefa, voltada para o bem comum e a serviço da Nação da qual ele se desincumbirá não apenas com a sabedoria de quem está sobejamente comprovado em competência. Ney Braga fará — disto estamos certos — da Itaipu Binacional caminhos seguros para a promoção do desenvolvimento econômico do nosso Estado, possibilitando a abertura de novos horizontes para o Paraná, gerando — com equilíbrio, bom senso e habilidade incontestes — resultados para o empreendimento brasileiro-paraguaio cuja importância ninguém mais, em sã consciência, coloca em dúvidas.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sentimo-nos no dever indeclinável de, não apenas na condição de conterrâneos de Ney Braga, mas sobretudo de brasileiros que acompanham a História de seu País nas últimas décadas, de dizer, sem qualquer temor de estarmos a incorporar em erros: Ney Braga chega no momento certo, formando com Affonso Camargo, Karlos Rischbieter e Osires Sthengel Guimarães uma relação de notáveis da nossa vida pública na chamada Nova República.

Assim, saudar sua indicação para a Presidência da Itaipu Binacional não é, para nós, mero gesto de formalidade parlamentar. Acreditamos ser, basicamente, um indeclinável dever de justiça, preito de reconhecimento ao gênio político de Tancredo Neves, que tão ciosa e criteriosamente foi montado, ao longo dos meses que antecederam a eleição de 15 de janeiro, os quadros de seu Governo.

De resto, há apenas a manifestar esperanças de que Ney Braga tenha, na Itaipu Binacional, a mesma maestria de toques singulares na condução dos negócios públicos. Que seja, em Itaipu, o Ney Braga da escola da Economia e Humanismo responsável, a partir dos anos 60, pelo moderno Paraná que hoje, alguns, freqüentemente desprezando uma visão retrocognitiva da História — e assim cometendo inomináveis injustiças — esquecem o quanto o atual e os governos que o antecederam devem ao rico legado deixado pelo ex-Governador e ex-Ministro".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Tudo começou em 1964, em nome do anticomunismo, o fantasma da época de então e de hoje, da Redenção da Pátria, passou-se a exigir do povo o sacrifício da obediência cega, incontinenti.

Massacraram-se todos os compatriotas que se negaram ao sacrifício de negar a si mesmo, de não opinar, de não pensar, simplesmente obedecer à ordem estabelecida para não cair no crime de subvertê-la: Ordem e Progresso.

E eu pergunto: existe um povo mais ordeiro do que os ucranianos, os alemães, poloneses, enfim, italianos, de tantas outras origens que povoaram e garantiram o progresso em nosso Estado, o Paraná, certamente a resposta é não.

Nas meias eleições que houveram durante esses 20 anos de arbítrio, de ordem e progresso, confirma-se a obediência desses nossos colonizadores, povo que sempre foi fiel e votava na arena do próprio sacrifício. Mas, como em regime autoritário, o voto é mera confirmação de que o arbítrio deve perdurar. Os autoritários não souberam avaliar o voto de confiança que lhes dava esse povo e interpretaram-no maldosamente como obrigação ao favor que faziam de desgovernar essa Nação.

Assim, depois de tirar o encanto de tudo o que o povo lhes ofereceu, em termos de desbravar, fazer progredir, plantar, cultivar, povoar o que era desabitado em nosso Paraná, resolveram impor a desocupação forçada em favor de um progresso diferente, e dessa forma surgiu Itaipu Binacional, que desalojou 8.000 famílias para produzir energia elétrica, da qual o Paraná não viu sequer 1 kw e até agora, quer me parecer, só serviu ao Paraná, para dar emprego ao ex-Governador que, com a derrota sofrida nas últimas eleições, estava realmente desempregado.

Refiro-me ao desempregado-mor do Paraná, o General Ney Braga, que, graças à incompetência do meu Partido, conseguiu esse fabuloso emprego.

O Sr. Fiori Luiz — Inscrevo-me para um aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Será logo na sequência.

Pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Oito mil famílias de paranaenses sacrificados em favor de um superemprego, para quem foi despedido do Palácio Iguaçu por este mesmo povo e volta, de novo, em nome da unidade de um frentão.

Depois de ver e assistir com profundo pesar, o meu Governador recém-eleito, abraçar a Costa Cavalcanti, seu particular amigo e algoz dos expropriados de Itaipu, meu saudoso povo. Depois de ver lançando o nome de Costa Cavalcanti como possível candidato à sucessão de Figueiredo, comecei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente ter pena do meu povo e deste meu Paraná. Tão humilde, tão trabalhador, tão simples, tão fiel e confiante. Mas, além da pena que carrego, trago dentro de mim também a dor, também a culpa, pois, também, eu, como muitos, fomos enganados.

Mas, nem por isso nos julgamos derrotados. Existe em meu povo, além da boa-fé, uma capacidade de resistência, de perseverança e de luta que nunca morre. E eu quero aprender a resistir como eles resistem. Quero aprender a sofrer como eles sofrem. Aprender a ser forte como eles o são. Pois assisti seu sofrimento, ora como posseiros perseguidos, espancados e afastinados, pelo simples motivo de querer um lugar ao sol. Ora sendo expropriados com injustiça em nome do gigante Itaipu Binacional. Ora sendo explorados.

Mas, eles ainda estão aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vivos para contar e testemunhar à humanidade, a sua força apesar da aparente fraqueza. Para testemunhar à humanidade o seu drama.

Em verdade, já não sinto mais pena deste povo, apenas se converte em profunda admiração por esta gente, de quem quero aprender, como já disse, a resistir no osso do peito o sofrimento imposto sem perder a postura e a coragem de luta.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento).

Essa nova diretoria que está indo para a Binacional Itaipu, realmente, tendo sido contestado por todos aqueles que conhecem profundamente os personagens. Dá impressão que o currículo exigido para ir para a Binacional Itaipu é o currículo da corrupção, do desmando. Nós sabemos que Itaipu sempre foi o maior centro da corrupção da América do Sul. O General Costa Cavalcanti. E, parece que o General Ney Braga está levando para a diretoria da Binacional os Srs. Jucundino Furtado e Luiz Roberto Soares.

Quer dizer, Jucundino Furtado afundou o Banco do Estado do Paraná e o Sr. Luiz Roberto Soares é um dos principais personagens da nossa CPI da Corrupção aqui da Assembléia, quando era Secretário da Cultura e Esporte do Estado. Realmente o General Aminthas está escolhendo a dedo seus auxiliares. Mudam os nomes mas as águas da corrupção continuam as mesmas.

E nós perguntamos: Que Nova República é essa?

Nova República com o General Ney Braga, com Jucundino Furtado, com Luiz Roberto Soares? Isso, nobre Deputado, não é nem Diretoria. Isso é uma quadrilha, quadrilha com pós-graduação.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço o aparte e realmente, nobre Deputado, é deveras preocupante o quadro no Oeste do Paraná com Ney Braga chefiando a Itaipu Binacional, com tantas desgraças ao nosso povo do Paraná e principalmente ao Oeste.

Mas, nobre Deputado, como dizia eu, gostaria de aprender com este meu povo que terá que sofrer mais essa imposição, mais esse infortúnio. E é com este espírito que, através deste meu pronunciamento, quero me aproximar aos mestres expropriados de Itaipu, e agora ao povo de Tomaz Coelho.

Peço licença aos Deputados Acir Mezzadri, Ervin Bonkoski e Requião, que são Deputados da região metropolitana e ouvi com muita atenção e muita preocupação o pronunciamento do nobre Deputado Nelson Buffara, na semana passada, a respeito do assunto, e foi por isso que eu trouxe como preâmbulo a situação que nós passamos com a Itaipu Binacional com os nossos expropriados.

Eu quero crer que este povo de Tomaz Coelho, em número de 280 famílias não seja mais um povo que deverá passar pelos mesmos infortúnios que passou o povo de Itaipu Binacional.

Até terça-feira este povo estava simplesmente sendo ameaçado por aquilo que o continuísmo do Governo do meu partido continuava a considerar progresso.

Ameaçado, sim Senhor, essa era a posição até terça-feira quando nos procuraram em nosso Gabinete, de forma até então mais agressiva do que ocorreu na Itaipu Binacional. Receberam depois de vários entendimentos frustrados o simples comunicado que se não aceitassem os valores estipulados para indenização até o fim deste a SUREHMA jogaria a questão para a justiça.

Felizmente, acabo de ser informado aqui neste Plenário, antes do meu pronunciamento, de que essa posição mudou a partir de uma reunião que houve ontem na Secretaria do Interior. E que iriam, finalmente, procurar mais recursos junto ao Governo do Estado para atender com justiça os reclamos daquela gente.

Mas, a argumentação até então é de que não há recursos para indenizar com o preço justo, preço estipulado o ano passado, em julho, e sem reajuste para agora.

Mas, a falta de recursos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é o problema dos expropriados de Tomaz Coelho. É o problema do Governo que quer a obra e que diz que a represa não pode ser interrompida. Uma represa contratada no Governo anterior, onde já se investiu 40 bilhões de cruzeiros, não pode ser interrompida, dizia o chefe da SUREHMA, que me parecia até então mais uma esquerda continuísta do que um verdadeiro companheiro do nosso partido.

É uma herança do Governo anterior, disse o meu Secretário do Interior, eminente Deputado Nelson Friedrich, com brilhante passagem nesta Casa, com uma incansável luta ao lado dos expropriados de Itaipu, num excelente discurso. Destacando-se especialmente pela luta ao lado de Itaipu é que renasce em nós a esperança, de que este Secretário jamais irá deixar que qualquer órgão sob o seu comando faça o que estava ameaçando fazer até terça-feira à tarde.

Que realmente se encontre uma solução e temos certeza que será encontrada, porque do contrário o próprio Governador

do Estado como este Secretário haverão de contradizer os seus discursos feitos no Senado e feitos também nesta Casa.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Gernote Kirinus.

Inicialmente eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede. E eu solicitei este aparte para dizer que não concordo com algumas posturas que Vossa Excelência faz na tribuna na parte em que Vossa Excelência se refere ao ex-Governador Ney Braga.

Eu quero registrar também que não me arvorei nem pretendo ser aqui um defensor de Ney Braga porque não há nenhuma razão específica que me coloque nesta posição. Apenas existe uma coincidência de estarmos filiados no mesmo Partido, mas eu não sou afiliado político de Ney Braga e nem tampouco tenho alguma dívida, que isto é recíproco entre ambos.

Mas, como paranaense e que milito na política há muitos anos, eu não concordo com algumas colocações que são feitas, como por exemplo na hora em que Vossa Excelência cita Ney Braga como “desempregado-mor” do Paraná, eu acho essa postura bastante ofensiva e que tenta desprestigiar alguém que tem um passado, alguém que tem uma vida, uma existência neste Estado, e uma existência que tem sido contestada por muitos, e é óbvio porque todo homem que luta na vida política e principalmente quando ele ocupa cargos de importância, a sua pessoa e os seus atos são sempre questionados, e principalmente, quando esses homens exercem liderança, como por exemplo no exercício do atual Governo dirigido pelo eminente Governador do Estado José Richa. Tantos questionamentos têm se levantado a respeito do seu Governo e da sua pessoa. Por isso nós encaramos isso com naturalidade.

Porém, atribuir a Ney Braga, um “desempregado-mor”, quando nós sabemos de que é um homem que, com trinta anos de exercício na vida pública, e que exerceu os mais variados e importantes cargos deste Estado e desta Nação, eu acho que Vossa Excelência está sendo injusto nisso quando faz essa colocação, porque nós não podemos, de forma nenhuma, concordar quando se faz um desrespeito a uma autoridade que, embora hoje esteja derrotado eleitoralmente pela vontade popular — o que é uma verdade — mas se ele tem um passado, um passado de luta, de glória, de atos, e que deve ser considerado, de que é um homem com trinta anos de vida pública, é um homem pobre, como Vossa Excelência mesmo de “desempregado-mor”, como desempregado. Então, é uma prova de que ele é homem pobre.

Então, não deve ser dessa forma atacado. E ainda mais quando ouvimos o aparte do Deputado Fiori Luiz ...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Peço a Vossa Excelência que seja breve ...

O Sr. Augusto Carneiro — Eu prometo encerrar já o meu aparte.

Quando ouvimos o aparte do Deputado Fiori Luiz, que nós já conhecemos o seu pronunciamento nesta Casa, todas as vezes que ocupa a tribuna é para investir violentamente contra Ney Braga quando ninguém está aqui para defendê-lo.

Então, é para fazer este registro: nós não podemos concordar com essas posturas, e no mais estamos de pleno acordo

com o pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Neste instante, Senhor Presidente, nobre Deputado, estou mais preocupado com a situação do povo de Tomaz Coelho do que com as repartições fisiológicas dos cargos federais da Frente Liberal. E, por isto, deixo de entrar nesta questão para ceder o aparte ao nobre Deputado Fonseca que me solicitou antes.

O Sr. José Antônio Fonseca — Nobre Deputado Gernote Kirinus, eu agradeço a oportunidade que me concede neste aparte e, antes de mais nada, eu o cumprimento pelo seu brilhante pronunciamento nesta tarde.

Eu gostaria de, nessa minha intervenção, fazer dois reparos no seu discurso no sentido de ratificar esse seu pronunciamento. O primeiro é o que diz respeito aos problemas das chamadas usinas, desta grande luta que foi travada aqui na Assembleia Legislativa, e hoje, o Líder do Governo nesta Assembleia, Deputado Caíto Quintana, muito bem soube levá-lo. E devo dizer que, como homem do Oeste, e que juntamente com Vossa Excelência e com o hoje Secretário do Interior Nilton Friedrich, que enfrentamos na oportunidade da construção de Itaipu e que o então Governo Federal, não consultando a população daqueles municípios e da nossa Região, e não consultando o País, houve por bem edificar aquilo que no ano passado, em discurso, chamei do "Estado anfíbio" do General Costa Cavalcanti.

Infelizmente para a nossa Região Oeste do Paraná, uma das regiões mais ricas, mais prósperas, se conseguiu aquilo que chamamos do "sonho megalômano" do ex-Governo Federal. E nós, que enfrentamos as baionetas do Exército, juntamente com aqueles agricultores expropriados, que acampamos, lembro-me também da greve dos suinocultores naquela Região e quando era Governador o General Ney Aminthas de Barros Braga e quem em vez do diálogo, em vez da consulta à população, em vez do respaldo aos anseios populares, o diálogo do ex-Governador e propenso Presidente da Itaipu, eram as baionetas. Lembro-me muito bem, meu caro companheiro.

E hoje, quando famílias de Tomaz Coelho também enfrentam o mesmo problema, e Vossa Excelência bem o colocava, nós não acreditamos que o atual Secretário do Interior, Deputado Federal Nilton Friedrich, que teve uma brilhante passagem por esta Casa, estou pasmado e não acredito que o Secretário do Interior feche as portas para todo e qualquer diálogo com estas famílias. Embora saibamos que a construção desta usina estava prevista no Governo anterior e, devido aos altos custos desta usina, ela deverá ter continuidade. Mas, a desapropriação, o desalojamento destas famílias, causará grandes e graves problemas. Somos sabedores destes problemas.

Acreditamos e confiamos que o Governador do Estado, nestas prioridades realizadas pelo Governo participativo e democrático do PMDB, jamais deixará, seja através da Secretaria do Interior, seja através da SUREHMA, estas pessoas fechando todos os canais de conversações. Por isto a nossa postura é crítica, quando fizemos o primeiro reparo. E coitada desta Nova República quando conduz o General Ney Aminthas de Barros Braga para a Presidência da Itaipu Binacional.

E temos esta consciência crítica de que não representa

avanço nenhum democrático para o Paraná a ida de Ney Braga para a Binacional Itaipu, porque em 82 as forças que se digladiaram na busca do voto eleitoral foram exatamente as forças conservadoras representadas por Ney Braga e o PDS e as forças democráticas representadas por José Richa e Álvaro Dias, o PMDB. Este Governo do PMDB, que foi eleito pelo voto popular maciçamente.

A nossa consciência crítica, Deputado Gernote Kirinus, quando hoje nos defrontamos com os mesmos problemas e o fato aí está de Tomaz Coelho, se exige a postura diante do programa do PMDB, diante do discurso do palanque, diante dos compromissos assumidos, de que o Sr. Governador do Estado, José Richa, o seu Secretário do Interior, o Superintendente da SUREHMA, que dialoguem, que conversem, e que se aproximem da gente de Tomaz Coelho e dêem prioridade ao programa social, para que passemos do discurso à prática.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Meu caro e nobre Deputado, esta é também a esperança deste Deputado. E se aqui estamos levantando a questão de Tomaz Coelho é apenas para advertir que já estava passando por desadvertida até sexta-feira da semana passada. Felizmente, o encajamento do Secretário do Interior em relação e tomando uma ação junto aos seus subalternos numa reunião de ontem, resolveram mudar aquela postura que parecia ser mais gritante do que aquela de Itaipu. Em tempo acordamos.

E a necessidade de continuar perseverante para que realmente possamos fazer um Governo de mudanças que nós devemos ao Paraná em troca dos votos que recebemos.

Eu não quero entrar no mérito das questões de ordem técnica. Sabemos que é uma obra herdada. Mas, uma herança pode ser recebida e ser deixada de receber.

Não quero entrar no mérito técnico onde as opiniões são divergentes quanto a real necessidade daquela empresa, quanto a localização perto de pontes poluentes, quando alternativas, talvez de utilizar a represa da PETROBRÁS.

O que nos preocupa é realmente o aspecto social que mais uma vez não foi previsto os recursos. Mais uma vez, por erro talvez, do Governo anterior, foi deixado sem previsão de recursos suficientes para fazer a justiça.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não se pode voltar atrás porque já foi investido 40 bilhões de cruzeiros, por que não investir mais um ou dois bilhões como agora está sendo pleiteada pela SUREHMA, para fazer o reparo à justiça social, se na área se investe 900 bilhões de cruzeiros para socorrer banqueiros falidos do Sulbrasileiro, o que significariam 2 bilhões de cruzeiros que é justo para atender pessoas honestas e trabalhadoras aos colonos de Tomaz Coelho.

Será pelo volume de dinheiro investido ou será pelo compromisso de continuar errando?

São estas avaliações que deveremos fazer no Governo do Paraná de José Richa e do nosso Partido para não incorrer nos erros e na continuidade.

No Governo passado as bolas de cristais previam estiagem e colocaram a CAFE do Paraná a construir açudes em propriedades particulares de eminentes figuras políticas como a de Werner Wandesso Dalcanale.

A custos elevados para nosso povo pagador de imposto, a CPI da Corrupção que traz no seu bojo estas denúncias não foi levado a sério pois logo em seguida Dalcanele foi escolhido Secretário de Comunicação Social. E isto deve ser dito em alto e bom som.

Portanto, resquícios de continuísmo existe, nobre Deputado. Não é assim também que as mudanças vão sendo feitas com tranqüilidade. E é por isso da nossa advertência. É por isso que estamos aqui para defender a mudança que devemos ao Paraná. E se agora, voltamos ao assunto, pois as empreiteiras de construção de barragem que é outro aspecto a ser colocado nesta questão não podem perder este contrato polpudo, fabuloso. Por que? Geraria desemprego? Não só, mas principalmente, para salvar a Empreiteira CR Almeida, isso ocorreria assim aos seus bancos credores.

Dane-se o povo que escolheu fazer o progresso centenário numa área, à qual hoje queremos dar um outro tipo de progresso.

O nosso Governo, acredito eu, nesse aspecto, também está sendo enganado.

Não houve muitas vezes e quero crer que desta vez vai ouvir a voz daqueles que protestam e clamam pelas mudanças.

Os mesmos de ontem tomam de assalto o nosso Partido, ocupam cargos mais importantes e emprenham pelo quívodo o nosso Governador. Isto deve ser um alerta de nossa parte. E é isto que estamos fazendo neste instante.

Há, entretanto, que considerar que há uma diferença entre o povo e o Governo da continuidade comprometido com "n" frentes de interesses e que quer conservar a continuidade ou a unidade. E o povo só tem a boa fé, a honestidade e o trabalho. Mas, é com este povo que nós queremos contar.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que entre a barragem do continuísmo, da propina, do favoritismo elitista e o povo da boa fé, da honestidade e do trabalho, eu fico com o povo. Pois acredito que em breve possamos fazer muito mais com a honestidade, a boa fé e o trabalho, do que estão fazendo os continuístas de hoje e os derrotados do amanhã no alvorecer da verdadeira democracia que se aproxima; e no despertar da consciência nacional do povo que enganado por mais de 20 anos não deixará enganar-se por novas farsas, por velhas raposas com roupagem nova.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gernote Kirinus.

O Presidente Figueiredo, visitando recentemente o Palácio do Planalto, disse em voz alta, que parecia ser ele a única pessoa que havia saído dali, e já se sabe nos bastidores da política, que um grupo de militares está disposto a processar a Nova República por plágio. Mas isto não está acontecendo no Paraná. Temos precedentes da ação energética do Governador José Richa, no caso da Fazenda Anoni e da Fazenda Imaribo, quando mesmo a força policial solicitada pelo INCRA para dispersar os manifestantes, os sem terra, ali da Vicente Machado, foi negada pelo Governo e a situação foi encaminhada conforme os nossos compromissos partidários.

Tenho, como Vossa Excelência, Deputado Gernote Kirinus, confiança, de que o Governo acordou deste cochilo e que

o mesmo tratamento dos compromissos de palanque que tem sido dispensado a outros sem terra, será dispensado a esses que tem terra e que terão a sua terra alagada.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, peço que seja considerado lido o final do meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere e considera lido o final do discurso de Vossa Excelência.

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Por 10 minutos, falará o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na teia das injustiças sociais impostas ao trabalhador brasileiro neste período de imposição militar, massacrante e desmoralizante para o Brasil, nesta teia ou neste ensarilhamento de armas ou de problemas fincados na vida do trabalhador brasileiro, as forças armadas receberam o melhor pedaço ou o melhor quinhão.

Todavia, uma outra força, não do exército, nem da marinha ou aeronáutica, mas uma outra força que enfrenta no dia-a-dia, no hora-a-hora, os crimes que se praticam contra a sociedade ou contra o cidadão, não recebeu o mesmo tratamento dos governos biônicos da ditadura.

Não gostaríamos, nem desejaríamos que o nosso governador eleito pelo voto democrático do povo do Paraná cometesse com os policiais mais humildes do nosso estado uma injustiça social, vez que, é do programa do Partido e é a afirmação imorredoura de Teotônio Vilela, de que a maior dívida que possuímos, é a dívida social.

Os agentes de segurança do Estado do Paraná, em assembléia a 25 de março último, resolveram rejeitar o Plano de Reajuste Salarial, elaborado pela Secretaria de Segurança Pública, porque não correspondia às suas necessidades, nem repunha a sua defasagem salarial. E elaborou em Assembléia, um rol de reivindicações, que pretendemos torná-las nossas. Porque reputamos os Agentes de Segurança, como os reais mantenedores da nossa segurança; da segurança de nossos lares e da segurança de cada cidadão. Vi, outro dia, num programa de televisão "Bom Dia Brasil", o Secretário de Segurança Pública do Paraná, falar dos avanços e dos méritos alcançados pelo seu trabalho, na área de segurança pública. Apoiamos em muito, as posições do Secretário. Mas, não podemos deixar de apoiar, não podemos deixar de nos solidarizar com a reivindicação desses agentes, que no dia-a-dia põem em risco as suas vidas, sem o mínimo de garantia para si, ou de futuro para os seus familiares. No advento destes novos tempos que sonhamos ainda, no alvorecer, quem sabe, de uma Nova República, com a restauração ainda acreditada do nosso Presidente Tancredo Neves, esperamos que a consciência social do nosso Governador e tam-

bém a responsabilidade social deste Governo, comprometido publicamente com a restauração da justiça social, dê guarida às reivindicações dos Agentes de Segurança do Estado do Paraná. O que eles pedem? Pedem a elevação dos detetives à primeira classe do seu Quadro; e os agentes de primeira e segunda classes; à terceira, de detetive; os agentes de terceira e quarta classes, à quarta classe de detetive, permanecendo vaga a segunda classe de detetives, para posterior preenchimento, a critério do Governo do Estado.

E tem razão esta reivindicação, na semelhança que existe de fato, nas funções de detetive e de agente de segurança, pois mencionam a Constituição Federal, que prega a igualdade salarial para o mesmo tipo de trabalho, dentro de uma mesma organização. É uma classe que se levanta unida para reivindicar também o seu direito de assegurar e de ter para si e para os seus familiares, uma vida mais condizente com as exigências da inflação e com os altos preços do custo de vida.

Oficiei, hoje, ao Sr. Secretário da Segurança Pública, a minha solidariedade e o meu pedido de que no próximo dia 21, quando ele receber a comissão de representantes desses agentes, ele esteja com o programa e com as nossas promessas, afloradas na sua consciência, para atender a estes homens que ficaram sacrificados desde os primeiros dias desta Revolução, quando o Senhor General Humberto de Alencar Castelo Branco, de triste memória para nós, aumentou em mais de cem por cento, os salários dos militares, não fazendo o mesmo com a classe civil de trabalhadores brasileiros. Daí então as injustiças se multiplicaram. Os salários foram se defasando, se deteriorando, a inflação se multiplicando, e uma Revolução que tinha sido feita, e importa à Nação, porque convivíamos com uma inflação da ordem de 64 por cento, e uma dívida externa de cerca de 3 bilhões e 100 milhões de dólares, hoje estamos aos 102 bilhões de dólares de dívida e uma inflação de 234 por cento ao ano.

E, as forças militares, deste País, que se beneficiaram em detrimento dos que produzem realmente para a Nação, não se levantam, hoje, para defender também os novos tempos, recolheram-se aos quartéis e aí devem ficar realmente, mormente, neste momento de necessidade de consolidação das instituições democráticas que a Nação inteira anseia.

Espero que o Governador José Richa, realmente, faça das palavras e das promessas, uma realidade do seu Governo. E o nosso apelo e a nossa solidariedade aos agentes de segurança do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Com a palavra, por 10 minutos, o Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, foi aprovado o requerimento de nossa autoria, enviando ao Sr. Governador, como sugestão, um anteprojeto a respeito da destinação dos recursos do BANESTADO CRÉDITO IMOBILIÁRIO.

No orçamento para 1985 existe uma verba, uma dotação, de 10 bilhões de cruzeiros, para a COHAPAR aplicar, na construção, no regime de mutirão.

Dez bilhões de cruzeiros foi o que foi possível dotar

aquela Secretaria para este trabalho, para estas obras.

A solicitação era de mais do que o dobro destes recursos junto aos órgãos federais, principalmente o BNH, para poder fazer frente à demanda, à procura da população paranaense em busca da possibilidade de morar na sua casa própria.

Ora, a COHAPAR, é agente do BNH, agente financeiro, assim como o BANESTADO CRÉDITO IMOBILIÁRIO, a COHAPAR recebe recursos diretamente do BNH, que para casas deste tipo são cobrados taxas de juros anual menores do que cobram os agentes financeiros tipo BANESTADO, BAME-RINDUS ou BRADESCO ou qualquer outra financeira deste tipo que tem que cobrar taxas além do valor que remuneram as cadernetas de poupança para fazer face, evidentemente, à sua despesa operacional, e ao lucro que essas instituições buscam.

Em financiamentos de longo prazo, a diferença de 1 por cento ao ano, cria um aumento significativo no valor da prestação e em vista disso, a COHAPAR jamais solicitou ao BANESTADO repasse de recursos para o mutirão.

Mas, fazendo na análise de quanto custa uma casa feita pelo regime convencional e pelo regime de mutirão, verificamos que pelo mutirão, o custo de uma casa fica na ordem de 30 por cento do custo de uma casa convencional.

Ora, se o BANESTADO Crédito Imobiliário repassasse recursos à COHAPAR, mesmo a juros mais altos do que a COHAPAR, consegue junto ao BNH, como essas casas custam 30 por cento das convencionais, parte deste custo poderia ser financiado pelo BANESTADO Crédito Imobiliário, sem pesar no valor final da prestação ao ponto de inviabilizar a execução do mutirão. Porque há uma variável a ser levado em conta no mutirão: é que a prestação da casa própria não pode ultrapassar nunca 20 por cento do valor do salário-mínimo.

Estudando, até certo ponto, de maneira superficial o assunto, verifiquei o seguinte: que além disso que acabei de dizer, o BANESTADO Crédito Imobiliário aplica mensalmente no mercado da construção civil do Paraná, a quantia de 9 bilhões de cruzeiros, 9 bilhões por mês, enquanto que a COHAPAR tem recursos de 10 bilhões por ano.

Ora, se a COHAPAR conseguisse recursos do BANESTADO Crédito Imobiliário, poderia ela fazer um jogo em relação a cada projeto de mutirão, para que o recurso com valores de juros, taxas mais altas repassadas pelo BANESTADO fosse em volume tais, que não fizesse que a prestação final para o mutuário ultrapassasse os 20 por cento do salário-mínimo.

Em assim pensando encaminhei este anteprojeto de lei como sugestão, que passo a ler: "Art. 1.º — Fica o BANESTADO S/A Crédito Imobiliário obrigado a aplicar 15 por cento da importância destinada à construção civil, na edificação de conjuntos habitacionais pelo regime de mutirão implantado pela COHAPAR. Art. 2.º — As taxas de juros a serem pagas pelos mutuários das edificações de que trata o Art. 1.º equivalerão à taxa de remuneração paga pelo BANESTADO às cadernetas de Poupança. Art. 3.º — O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 60 dias, a execução do disposto na presente lei. Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Quinze por cento, Srs. Deputados. Quinze por cento é mais de um bilhão por mês, que daria, aproximadamente quinze

bilhões no ano, quando todo o recurso orçamentário destinado à COHAPAR é de, apenas, 10 bilhões de cruzeiros.

Teríamos mais do que o dobro dos recursos, e o BANESTADO S.A. Crédito Imobiliário não se inviabilizaria, porque os outros 85 por cento dos recursos captados e repassados à construção civil, continuariam a ser aplicados a taxas que dão remuneração ao BANESTADO Crédito Imobiliário, como, por exemplo, taxas de juro anual mais altas, e taxas de abertura de crédito normalmente cobrados pelos agentes financeiros do BNH.

Além de não inviabilizar o BANESTADO Crédito Imobiliário, e de viabilizar de forma definitiva, pois esse dinheiro não precisaremos buscar nos escalões federais; ele existe aqui, do poupador do próprio Paraná, além disso, além de termos mais do que o dobro do dinheiro na COHAPAR o Banco do Estado do Paraná, através do BANESTADO estaria cumprindo a sua função social. Porque se não houver o cumprimento de uma função social por um órgão do Estado, não tem razão de ser do Estado ao BANESTADO S.A. Crédito Imobiliário. Não busca o Estado do Paraná, só o lucro através de suas empresas, mas tem como objetivo maior a função social, que hoje dificilmente pode ter um agente financeiro do BNH, porque pelos juros cobrados acabam aplicando somente, porque as aplicações dependem do mercado imobiliário, em apartamentos de alto custo, beneficiando uma classe já privilegiada por condições socialmente.

Desta forma, faço desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um apelo para que o Governador do Estado determine estudos mais detalhados no sentido de procurar viabilizar a construção de casa própria através de mutirão, onde as Prefeituras doam os terrenos, onde os mutirantes emprestam sua mão-de-obra, já definindo, diferentemente, dos conjuntos habitacionais convencionais, em que se sorteia a casa, já definindo o local onde será erigida a sua, com a qual terá ele o carinho na construção desde a primeira pedra.

Esta, espero que seja a grande função social do BANESTADO S.A. Crédito Imobiliário e que o Governador determine com urgência um estudo que não é difícil, que é rápido, e que acredito, viabilizará o mutirão da casa própria, atendendo os inúmeros pedidos de Prefeitos que tem chegado à COHAPAR, insistentemente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nílso Sguarezi) — No horário reservado às Lideranças, consulto ao Partido da Frente Liberal se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Será utilizado, por dez minutos, pelo Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, prezados Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste Horário da Liderança do meu partido para dois assuntos. O primeiro deles é de que participei, no dia de ontem, de uma reunião dos avicultores do nosso Estado. E naquela reunião onde os avicultores discutiram e levavam os seus problemas aos órgãos governamentais, tomamos ciência de que a avicultura do Paraná se encontra, mais

uma vez, em uma situação muito difícil, e nesta situação difícil, gerada por dois problemas básicos, um deles é que houve um incentivo por parte do Governo ao avicultor para que ele aumentasse a sua produção, e em aumentando a sua produção pudesse ele sobreviver.

No entanto o baixo poder aquisitivo de nossa gente, da gente de todo este País, e conseqüentemente aqui do Paraná, tem feito de que se sobre um estoque de produto da avicultura, conseqüentemente sobrecarregando aos avicultores. E se eles têm uma produção, e não pode ser ela consumida, então a crise e a dificuldade está gerada. E no estudo que fizemos, nós, como políticos e representantes de parte do nosso povo, tomamos a liberdade de fazer um requerimento, que endereçamos a Sua Excelência o Governador do Estado, no sentido de apelar, e de que se estude a viabilidade de incluir o produto da avicultura na merenda escolar, a exemplo de outros Estados, e o mais recente, que adotou este método, foi o Estado de São Paulo. E nós pensamos, de que com esta medida vamos resolver uma série de problemas, que afligem o nosso Estado e a nossa gente.

O primeiro deles, é como uma medida de emergência, vai se dar consumo ao excesso de produção da avicultura. Por outro aspecto, vai também resolver o problema da criança carente, principalmente os da periferia de Curitiba, porque nós sabemos de que muitas crianças do nosso Estado, e principalmente das grandes cidades, elas vão à escola mais pela merenda escolar, do que pelo aprendizado. E porque nas suas casas há dificuldade na alimentação, e vão em busca da merenda escolar.

Então, nós neste requerimento, de sugestão ao Governo, porque não conhecemos as possibilidades do Governo, mas estamos submetendo este requerimento para apreciação e análise dele, de que, se possível for, desvie algum recurso que está sendo destinado em outros setores da merenda escolar, para jogar, principalmente o ovo, que eu vejo perfeitamente ser incluído na merenda escolar, principalmente na periferia de Curitiba.

E assim estará consumindo uma produção paranaense e alimentando um povo paranaense, e sem pesar mais aos cofres públicos, pois o dinheiro deverá ser desativado de algum setor, de produto que não seja de prioridade, como é o caso da avicultura que atende a este programa. Porque a intenção dos avicultores era de pedir subvenção aos Governos, seja Federal ou Estadual. Mas, entendemos de que com a dificuldade em que os Governos se encontram, principalmente as dificuldades financeiras, não seria possível subvenção, e nem acreditamos, de que esta forma de atuação de um Governo possa resolver problemas com subvenção, porque isto acarreta ou adia, apenas o problema, mas não é a solução, para nenhum.

Então, nós estamos encaminhando à Mesa este requerimento, que pede um estudo de Sua Excelência o Senhor Governador, ou ele determine o órgão competente, que no caso é a FUNDEPAR, encarregada da distribuição da merenda escolar, de que estude a viabilidade de incluir os produtos da avicultura, na merenda escolar, porque assim, nós estaremos resolvendo três problemas, com uma medida só.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é o seguinte: a imprensa tem um papel de alta relevância. O papel de informar as pessoas, de informar a opinião pública, o papel de cobrar dos

homens que têm responsabilidades públicas, atitudes sérias, coerentes, e que verdadeiramente possam estes homens, cobrados pela imprensa que tem esta função, exercer com dignidade os seus mandatos e as suas funções.

Mas, às vezes, por um descuido ou por um lapso daqueles que escrevem, ou que dirigem, ou que revisam as matérias que são publicadas, praticam-se, às vezes, injustiças, e a notícia, quando ela não sai coerente com a verdade e a realidade, ela se torna prejudicial, prejudicial, até na crença e na fé daqueles que a lêem, nos jornais, e, à medida em que a imprensa publica coisas que verdadeiramente não aconteceram, é como político que traga a esta tribuna, inverdades.

Há poucos dias, um jornal da nossa Capital trouxe um anúncio, de que, este Deputado, na sua região estava desenvolvendo um trabalho de aliciamento a membros de um determinado partido, buscando-os para o meu partido que é a Frente Liberal, e mais, que, da posição que eu houvera tomado, nem sequer eu havia tido a coragem de comunicar aos companheiros da minha região, o meu posicionamento, e, que os Vereadores que pertenciam ao meu ex-partido, nenhum deles havia aderido ao partido que eu aderira.

Li, com tristeza, essa nota.

Complementando o que dizia o jornal:

O jornal atribuía essas palavras proferidas, ao Sr. Getúlio Ferrari, ex-Presidente do PDS.

Li com tristeza, porque não traduzia a verdade. Não houve trabalho algum de aliciamento. O PDS tinha três Vereadores, dois filiados ao partido, e um não era membro do Diretório, e desses três Vereadores que foram eleitos pela legenda do PDS, um já havia assinado, à época da notícia, com o Partido da Frente Liberal, o outro estava e está ainda, indefinido, e um deles, que pertencia ao partido, este sim permanece no partido inclusive com a anuência, com o consentimento e o entendimento da minha parte, porque, nós estamos buscando formar um partido, não para aniquilar qualquer outro, estamos procurando é fortalecer o sistema pluripartidarista, e procurando fortalecer este sistema, para que seja também fortalecida a democracia, neste País, não queremos, nunca, que com o surgimento do nosso partido, possa haver a extinção total de outro, pois, aí, nós ficaríamos do mesmo tamanho!

Então, não existe esse trabalho que alguns possam atribuir a um direcionamento de nossa parte, para liquidar de vez, uma agremiação política.

Aquela nota deixou-me triste porque eu fui ouvir, do Sr. Getúlio Ferrari — que é meu amigo pessoal — e ele me confessou que absolutamente não havia dito nada a ninguém. Então, esta nota foi feita, quem sabe em gabinetes, quem sabe em algum escritório e maldosamente foi redigida, atribuindo um direcionamento pessoal, em cima de alguém que procura manter uma vida política ilibada, séria, responsável, e sem atacar ninguém, respeitando a todos para ser respeitado, este é o princípio que tem nos norteado na vida pública.

Ontem, o mesmo jornal, infelizmente, trouxe uma nota:

De que eu houvera desautorizado a Liderança do meu partido — na pessoa do Deputado Gilberto Carvalho — quando na verdade, aqueles que estiveram presentes ouviram de viva voz e assistiram os debates acontecidos nesta Casa, onde, nenhuma conversa, nenhuma palavra nesse sentido, de desauto-

rizar a Liderança, houve, houve sim, na palavra do Deputado Ailton Cordeiro, um aparte feito pelo Líder do nosso partido, Deputado Gilberto Carvalho, e deste Deputado também um aparte, fazendo um apelo ao orador que se encontrava na tribuna dizendo de que não era conveniente a forma como conduzia o seu trabalho político, direcionando um trabalho de tentativa de desmoralização da Frente Liberal, quando ela nasce com boas idéias, com boa intenção e com bom propósito de ajudar a vida política nacional e não prejudicará ninguém. Então o apelo nosso foi nesse sentido, nunca desautorizando a Liderança.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Augusto Carneiro, inicialmente, quero cumprimentar Vossa Excelência, pelo requerimento que apresenta, sugerindo ao Governo do Estado medidas na alimentação escolar e também um apoio aos agricultores.

É válido a sugestão de Vossa Excelência, espero que o Governo atenda essa sugestão, essa reivindicação que hoje se apresenta.

Com referência à publicação, sabemos que é um jornal conceituado, de grande circulação e tenho certeza que irá dar cobertura ao pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde. Fico satisfeito porque não só esta Casa, como todo o Paraná, tomou conhecimento da seriedade com que estamos organizando a Frente Liberal.

A união que existe na nossa Bancada, que todas as decisões são sempre tomadas em conjunto e que quando qualquer um, não só eu, como Líder da Bancada, como o Vice-Líder ou qualquer um da Bancada vai à tribuna e que fala em nome dela, ele está falando com autorização, porque há um perfeito entrosamento na condução dos trabalhos nesta Casa.

Por isso cumprimento Vossa Excelência e tenho a certeza que será corrigida aquela nota, porque se trata de jornal sério que tem sempre pautado da melhor forma possível, de bem informar a comunidade paranaense e talvez por engano, deve ter acontecido aquela nota, que espero que seja corrigida.

Obrigado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Obrigado. Agradeço o aparte e quero também desta tribuna reafirmar que a Bancada do Partido da Frente Liberal e toda a totalidade de seus membros, estamos entendidos sem discordância alguma, nem de propósito e nem de atitude. Não existe guerra alguma, porque não estamos brigando por alguma posição, por cargo nenhum e o nosso partido nasce para contribuir e não para disputar posições e cargos, porque não estamos interessados neste aspecto. O interesse e a condução de todos os Deputados que abraçaram esta mensagem da Frente Liberal, é porque perceberam que existe uma identidade de idéias e de propósitos dentro da diretriz do partido e da nossa conduta política, porque também queremos uma atitude inteiramente independente na condução política e esta atitude nós vamos, a cada dia, configurar mais, independentemente das notas, dos protestos e das críticas que possam surgir, porque nós somos políticos e sabemos que na hora em que aceitamos ser políticos, estamos expostos às críticas das mais variadas possíveis, mas com tranquilidade vamos seguir o nosso caminho, formando o nosso partido, sem atritos, sem guerra, sem desrespeito a ninguém, buscando única e exclusivamente servir o nosso Estado, a nossa gente, o sistema do pluripartidarismo, a Democracia brasileira com as nossas condutas, se associando a outros partidos que

porventura possam pensar e ter idéias como nós e discordando de posturas políticas que julgamos serem inconvenientes e incompatíveis com os anseios da nossa gente e do nosso Estado.

Essa será a nossa postura com firmeza e não vamos mudar por notícias, às vezes, infundadas ou por críticas, embora sérias, às vezes, contundentes.

Vejo que este País, caminha para uma vida nova política. Esta vida nova, da Nova República, requer uma compreensão maior, um comportamento mais sério e mais responsável de todos os políticos, porque cabe a nós, homens públicos, a restauração do nosso prestígio. E só será restaurado o prestígio do político, nesta Pátria, na hora que tivermos atitudes e posturas sérias. Na hora em que tivermos, às vezes, que aceitar, até, alguma dificuldade pessoal e alguma dificuldade para o nosso partido, mas, buscando sempre o interesse comum como prioridade. E é nesta hora, se todos assim entenderem e assim agirem, é que tenho esperança de que o Brasil possa enfrentar os sérios problemas que esta Nação vem atravessando.

Não nos cabe aqui analisar passados, porque sabemos de que erros houveram, muitas vezes erros que nós discordamos dentro das possibilidades e dos recursos que dispúnhamos. Mas, mesmo com a nossa discordância, os fatos e os atos aconteceram e os erros também se agravaram. E, cabe agora, neste momento, que todos os políticos reflitam sobre as suas posições. Que adquiram essa consciência da necessidade de que só com a ordem, com a paz, com tranquilidade, com inteligência e com prudência, é que nós podemos ir enfrentando os sérios problemas que esta Nação atravessa.

E, o meu partido, nasce e tem tido através das suas lideranças maiores conselhos, neste sentido e neste campo, que nós devemos não mais pensar e agir exclusivamente na tentativa de desmoralização daqueles que se opõem às nossas vontades, mas, compreender a cada um na sua vontade. E, neste conjunto de idéias, tentar encontrar mesmo que com sacrifício de alguns, o encaminhamento na solução dos problemas nacionais.

E eu, desta tribuna, quero também fazer uma declaração pública, de que como liderado da Bancada do Partido da Frente Liberal, jamais me coloquei e me colocarei contra a Liderança do meu partido. Pois, se escolhemos o Líder da nossa bancada, foi para ele, com total e plena liberdade, desenvolver, em nosso nome, o trabalho da liderança dentro das diretrizes e dos princípios que norteiam o Partido da Frente Liberal.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, no Horário da Liderança do PDS.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando, no Grande Expediente, falava o Deputado Gernote Kirinus, tentei apartear-lo, mas por razões de exigüidade de tempo, o Deputado não concedeu o aparte. Queria apartear-lo justamente no momento em que falava sobre o assunto que, há vinte dias passados, me trouxe a tribuna, a desapropriação, por preço muito abaixo do real valor, de terras localizadas na Colônia Tomaz Coelho, onde oitenta famílias estavam sendo espoliadas por preços impostos pela SUREHMA.

E nós, alertados por um Vereador do nosso partido, do PDS de Araucária, viemos aqui e denunciarmos o fato e pedimos à Mesa a criação de uma Comissão de cinco dos Srs. Deputados, e neste momento, fazemos um apelo à Mesa para que agilize a indicação desses cinco Parlamentares a fim de que eles possam funcionar como intermediários e evitando, impe-

dindo que uma injustiça clamorosa seja cometida contra os colonos, gente simples, gente trabalhadora, que precisa dos recursos daquela desapropriação, mas recursos justos; que preços justos sejam estipulados, a fim de que eles possam, ao serem desalojados daquela Colônia, comprar terras com os cruzeiros que eles recebessem da SUREHMA, em outras plagas, em outras regiões.

Mas, se eles receberem como estão ameaçados de receber metade, menos a metade do real valor é evidente que eles não poderão comprar novas terras em outras regiões.

E percebo que nós falamos a mesma língua, o Deputado Gernote Kirinus, o Deputado Fonseca, o Deputado Requião, eu e outros mais, que estão preocupados com esta situação alarmante.

Mas, não é só Tomaz Coelho. Outras barragens virão, outras injustiças deverão ser cometidas e para isso nós estamos aqui, nós Deputados, defendendo o povo do Paraná para que eles recebam o real valor, o justo valor por terras que eventualmente venham a ser desapropriadas.

Portanto, peço à Mesa que agilize a designação dessa Comissão tão importante para que reine paz e impere justiça aos inúmeros proprietários de terras que venham a ser desalojados por questões de barragens.

O segundo assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o que se refere ao discurso que ontem fizemos nesta Casa, e que diz respeito ao problema de águas e fornecimento de água às praias do nosso litoral. Conversamos com o Sr. Prefeito de Paranaguá e ele concordou, "a priori", em ceder a SANEPAR, o sistema do fornecimento de águas apenas às praias de Monções e Pontal do Sul. Isto significa, às praias que estão sob a égide, sob a responsabilidade do Município de Paranaguá.

Porque foi condicionado pelo Presidente da SANEPAR, Dr. Gabiano Campelo, que ele somente poderia conseguir os vinte bilhões de cruzeiros para investir no abastecimento de águas das nossas praias desde que ele tivesse o sistema de Paranaguá em mãos.

E o Prefeito de Paranaguá, "a priori", querendo viabilizar uma solução para a SANEPAR, concorda em ceder o sistema apenas nas praias, mantendo o da cidade de Paranaguá. Já é um passo importante para que haja um consenso entre SANEPAR e CAGEPAR.

E como terceiro e último assunto, queremos comunicar oficialmente a esta Casa um problema que gerou a polêmica muito grande, problema que inclusive teve a participação dos Senhores Deputados, e de resto, a comunidade toda de Guaratuba forçando o Senhor Prefeito daquele município a abrir uma avenida que suscitou os mais variados discursos, interferências, e de certa forma, até algumas imposições. A Câmara de Vereadores de Guaratuba, por unanimidade, resolveu sugerir ao Prefeito que eles todos estavam coesos, e sabendo das agravantes daquela avenida por ter sido fechada em dois ou três pontos, estavam coesos e pedindo ao Prefeito que abrisse aquela avenida.

Deputados como Antônio Annibelli, Amadeu Geara, Deputado Federal, o próprio Deputado Nestor Baptista, tentaram convencer o Prefeito a abrir aquela avenida. E ele manteve-se numa posição de dúvida, não sabendo qual a melhor solução para os munícipes e para o povo de Guaratuba.

Aí então ele resolveu me dar uma incumbência para que eu pesquisasse qual a melhor solução. Falei com o Senhor Governador do Estado, em nome do Prefeito de Guaratuba, e o Governador do Estado achou que seria mais sensato que aquela avenida fosse aberta.

Comuniquei ao Senhor Prefeito a palavra do Governador. Não era uma determinação, porque eu tenho certeza de que ele jamais gostaria de intervir num assunto eminentemente municipal.

Mas, quando comuniquei ao Prefeito Acir Braga, ele disse-me que está procurando uma solução, um "modus vivendi" com respeito ao muro de arrimo, mas já determinou que, a vontade dele é que ela seja aberta para acabar com a polêmica que gerou grandes e graves problemas a ele, Prefeito de Guaratuba.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência mencionou alguns Deputados que interviram nesse assunto, e quero transmitir a Vossa Excelência que, tão logo procurado por alguns dos usuários das praias do Município de Guaratuba, posicionei-me favoravelmente à abertura da Avenida Beira-Mar e, neste sentido, tive a oportunidade de emitir telegramas não só ao Prefeito, como também à Câmara Municipal de Guaratuba. Folgo-me em saber das providências que Vossa Excelência houve por bem exercer para que esse direito de uso pleno da via pública seja restabelecido em Guaratuba, na Avenida Beira-Mar.

Parabéns a Vossa Excelência, parabéns ao povo de Guaratuba e aos usuários de Guaratuba porque nós estamos, ao abriremos a Avenida Beira-Mar, restituindo um direito de toda a população de fazer uso amplo de uma via pública. Meus parabéns e obrigado pelo aparte.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado, no instante em que agradeço o seu aparte, quero penitenciar-me com Vossa Excelência, porque também sei que o Deputado Adhail Sprenger Passos foi um dos que batalhou com muita garra para que aquela avenida fosse aberta e, conseqüentemente, satisfeito o desejo daquela população.

Mas, acredito, que com essa solução, Senhores Deputados, nós acabamos com um problema que estava se tornando grave, trazendo uma série de intranquilidades, uma série de problemas para o Prefeito de Guaratuba. Quero crer que a solução mais adequada foi encontrada. Portanto, estamos aqui comunicando, oficialmente, a decisão do Prefeito de Guaratuba que é nesse sentido: a avenida será reaberta.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É uma feliz coincidência quando o Deputado Nelson Buffara aborda o problema de Guaratuba. E é exatamente sobre aquele município do Litoral do Paraná que eu gostaria, nesta tarde, de fazer um apelo ao Governador José Richa para corrigir

uma atitude já ultrapassada nos dias modernos em que vivemos e que foi tomada pelo Presidente da SANEPAR, Sr. Fabiano Campelo.

Os proprietários de casas e apartamentos em Guaratuba, dentro de um sistema de facilidade, tinham a conta da água lançada, debitada em suas contas bancárias em Curitiba, e isso naturalmente ocorria com as famílias que moram em Curitiba e que têm imóvel para veraneio em Guaratuba. Mas, surpreendentemente, o Presidente da SANEPAR tomou atitude que mostra a sua preocupação em apresentar lucro no balancete anual da SANEPAR: simplesmente proibiu que essas contas de água de Guaratuba sejam lançadas nas agências bancárias de Curitiba.

Se Sua Excelência está de fato preocupado com o lucro da SANEPAR, é bom lembrar que a conta de água subiu no Paraná, recentemente, 35 por cento e, paralelamente, o Presidente da SANEPAR liberava a formação de um time de voleibol chamado "Cristalino".

Lendo alguns jornais, ouvindo a Rádio Independência, a opinião de vários comentaristas é que o Presidente da SANEPAR aumentou a tarifa de água em 35 por cento para arranjar dinheiro para sustentar esse time de voleibol que vai viajar pelo Brasil, que vai correr o Brasil e quem vai pagar? É o sacrificado consumidor de água da SANEPAR.

E ontem ainda, vendo a televisão, estava presente o Presidente da SANEPAR, que se vangloriava de ter reduzido para 90 por cento a tarifa de esgoto no Paraná.

Ora, se Sua Excelência tem poder para reduzir a tarifa de esgoto para 90 por cento, o que ele contou com um grande mérito, como uma consagração no seu trabalho no comando da SANEPAR, porque Sua Excelência aumentou a taxa de água em 35 por cento?

O estranho é que o aumento da tarifa de água coincidiu, como dissemos, com a criação deste time de voleibol. E quando proíbe que as contas de água de Guaratuba, daqueles que moram em Curitiba, sejam debitadas nas contas bancárias de Curitiba, o que se nota é que o Presidente da SANEPAR está efetivamente preocupado com seu caixa.

Ora, passando a temporada, o cidadão não vai fazer veraneio, a sua água será desligada e para fazer a religação, ele pagará uma nova taxa para a SANEPAR. Culpa da burocracia que impera neste Brasil e que volta ao nosso Paraná. Uma burocracia que não existia mais e que voltou, no Governo José Richa, bem recente, através deste ato tomado pelo Dr. Fabiano Campelo.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, a respeito da cobrança das taxas de água não mais em Curitiba, e sim em Guaratuba, esta Liderança se compromete, na próxima semana, a trazer a versão verdadeira e, se for necessário, também reivindicaremos que se tomem as providências para que se restabeleça o sistema antigo. Mas, Vossa Excelência cometeu uma injustiça ao afirmar, ou pretender afirmar de que o aumento de 35 por cento na taxa de água seria por influência do time de voleibol chamado "Cristalino". Devo informar Vossa Excelência que esta equipe pertence à Fundação dos Funcionários da SANEPAR. A Fundação é uma

entidade de direito privado, com personalidade jurídica própria, tem a sua própria arrecadação e, evidentemente, eles podem aplicar o dinheiro onde bem entenderem.

É evidente que não existe a mínima vinculação entre o aumento de 35 por cento e a criação, ou implantação desta equipe.

E, finalmente, há que se ressaltar que em Guaratuba existe um plano vicinal para a implantação de rede de água. Foram tomados empréstimos em Governos anteriores. Estes empréstimos têm que ser pagos pela atual administração e, além do mais, há também o fornecimento de água a preços subsidiados para as pessoas mais pobres que residem naquele município.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência mas, não concordo com ele, porque aquele que tem um imóvel para veraneio em Guaratuba, ele não está se recusando a pagar. Ele quer pagar a conta. Ora, se o telefone ele pode debitar em Curitiba, se a conta de luz ele pode debitar no banco que trabalha em Curitiba, é evidente que o mesmo procedimento a SANEPAR deveria permitir que continuasse.

No tocante ao time de voleibol, gostaria de lembrar a Vossa Excelência o que eu disse. Já assisti na televisão comentarista consagrado abordando este problema, comentarista esportivo da "Rádio Independência", já li até opiniões em jornais de Curitiba, analistas debitando para o comando da SANEPAR a criação deste time com recursos da SANEPAR.

Vi ontem, na televisão, também o Sr. Fabiano Campelo se justificando, dizendo o que Vossa Excelência afirmou de que o time vai ser mantido pela associação, ou pela fundação dos funcionários. Sabemos que esta Fundação não tem dinheiro suficiente para mandar um time de voleibol deste, que ele fez questão de dizer que vai disputar o campeonato com os dez melhores clubes do Brasil, creio que esta Fundação não tem tanto dinheiro em caixa para embarcar um time assim amanhã, num avião, para ir jogar em Manaus, em Salvador, em Recife, ou no Pernambuco, ou até mesmo no Paraná. Um deslocamento de um time deste, para qualquer cidade do Paraná, Vossa Excelência há de convir que a passagem é cara, o hotel, a alimentação. Este time tudo indica que foi criado dentro naturalmente de uma expectativa que havia, de que a SANEPAR iria bancar o custo deste time.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o apelo que nós fazemos, nesta tarde, ao Governador José Richa para que não permita que esta burocracia, uma burocracia desgraçada que a gente lamenta profundamente que exista e ocorra no Governo participativo do PMDB, quando a gente imaginava que o Presidente da SANEPAR fosse simplificar as coisas, facilitar o consumidor de água, vem o Presidente da SANEPAR com uma atitude tão ridícula e digna aqui do nosso repúdio, da nossa crítica, que não condiz com um País que está procurando se desburocratizar, com o nosso Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa, na forma dos anexos I, II, III, IV e V, constantes do referido requerimento. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, comunicando que está encaminhando ofício à Liderança do Partido Democrático Social, desvinculando-se, a partir desta data, da orientação imprimida à Bancada, passando a ter conduta independente nesta Assembléia Legislativa. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial para elaboração da Lei Orgânica dos Municípios do Paraná. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu gostaria que se ajustasse o microfone da mesa porque a leitura está absolutamente ininteligível do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa vai ajustar o microfone num tom que não vai ferir os ouvidos de Vossa Excelência.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Sabino Campos e Gernote Kirinus, constante do expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 104/83, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza a Comissão Executiva instituir medalhas, do "COMERCÁRIO DO ANO" e do "OPERÁRIO PADRÃO", e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 182/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, que reconhece a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — ASALEP, como entidade representativa dos servidores da Assembléia Legislativa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "EDUCANDÁRIO BOM PASTOR — MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE VIDAS", com sede no Município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE RURAL "AMIGOS DO BAIRRO PARADÃO", com sede e foro em Wenceslau Braz. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 306/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece a data de “29 DE MARÇO”, anualmente em todo o Estado do Paraná, às comemorações do “DIA DA CULTURA RACIONAL PARANAENSE”. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 339/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 240/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Mitra Diocesana de Paranguá, uma área de 753,00 m², parte de área maior, situada na Cidade de Bocaiúva do Sul, de propriedade do Estado, conforme parte de Transcrição n.º 116, do Livro 3-A, fls. 35, em 07/03/51, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 290/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao Inciso II, do Art. 17, da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, (Ter completado vinte e um anos de idade e contar com menos de trinta e cinco anos). Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade e com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., por unanimidade.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 113, de 30/10/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 290/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente plano de lei tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26/05/84, visando estabelecer melhores critérios para concurso dentro da Polícia Civil do Estado com relação aos limites de idade.

Dentro da área de competência desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a sua legalidade e Constitucionalidade, temos que nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Deixando-se o mérito da matéria para a análise das demais Comissões que por certo a analisarão, opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma do substitutivo geral que anexo apresentamos, visando adaptar o texto do projeto e uma melhor técnica Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL DO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 290/84

Art. 1.º — O inciso II, do art. 17, da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 —

I —

II — Ter completado 21 (vinte e um) anos de idade, e contar com menos de 35 (trinta e cinco) anos.

“Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 290/84

PARECER:

O presente plano de Lei Complementar de autoria do nobre Deputado Anibal Khury tem por finalidade alterar inciso da Lei Complementar n.º 14, de 26/05/82 — Estatuto da Polícia Civil, na forma que especifica.

De acordo com a justificativa apresentada pelo autor, a alteração aqui proposta visa estabelecer uma situação mais condizente com as finalidades da atual política de pessoal que vem sendo adotada em nosso país, mais abrangente e voltada a atender à própria administração pública na especialização de seu pessoal.

Nestas condições, o nosso parecer no âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre o seu mérito, é favorável, à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que autoriza o Poder Executivo doar área de terra constituída do lote urbano n.º 9, da quadra n.º 15, à ACAS- ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS, com sede e foro na Cidade de Cascavel, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 59, de 25/06/84).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 153/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Mário Pereira, o presente projeto tem por objetivo doar à Associação Cascavelense de Amigos de Surdos, uma área de terra de sua propriedade no Município de Cascavel, para a construção de sua sede própria.

Analisando-se o mérito, achamos ser muito justa a pretensão do nobre autor, pois conforme informação anexa do Sr. Secretário de Estado da Administração, não consta nenhuma destinação para o lote em questão.

Quanto ao aspecto legal, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação nesta Casa, visto que, procurou o legislador gravar com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, assegurando ao Estado, desta forma, o retorno do referido imóvel, caso não tenha a destinação prevista.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
CAÍTO QUINTANA — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, dispondo que o funcionário ocupante do cargo de Assistente Jurídico do Poder Executivo ou de suas Autarquias, que tiver ou vier a obter o título de Mestre ou Doutor, correlato com sua Habilitação Profissional, será enquadrado "EX-OFFICIO" e sem qualquer processo seletivo, dependendo de vaga, no cargo inicial de Procurador da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. (Publicado no D.A. n.º 77, de 23/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 201/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, com apoio de vários outros Senhores Deputados, o presente Projeto de Lei tem por objetivo principal enquadrar "ex-officio", e sem processo seletivo, mas dependendo da existência de vagas, o funcionário efetivo da categoria de Assistente Jurídico que tiver ou vier a obter o título de Mestre ou Doutor, em Curso de Pós-Graduação.

A justificativa apresentada pelo ilustre autor, nos convence de sua oportunidade e mérito, pois a matéria proposta não só irá reconhecer o sacrifício dos funcionários formados, como também irá incentivar aqueles que tenham condições de se aprimorar em escolas nacionais ou estrangeiras.

Quanto ao aspecto legal a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que possa entrar a sua normal tramitação por esta Casa.

Portanto, somos favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 201/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury e outros, o presente Projeto de Lei tem por finalidade conceder ao funcionário ocupante do cargo de Assistente Jurídico do Poder Executivo ou autarquias, que tiver ou vier a obter o título de Mestre ou Doutor, correlato com sua habilitação profissional, o enquadramento "ex-officio", dependendo de vaga, no cargo inicial de Procurador, e dá outras providências.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a sua legalidade.

No âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que a matéria aqui tratada, conforme esclarece a justificativa apresentada pelo seu autor, visa reconhecer o esforço e o valor cultural dos funcionários, que através de instituições de ensino nacionais ou estrangeiras, venham a obter títulos de Mestre ou

Doutor de acordo com sua habilitação profissional, o que trará por certo inúmeros benefícios à Administração pública paraense.

Diante do exposto, podemos afirmar que o plano de lei ora em exame, atende aos interesses da Administração Pública Estadual, com relação aos aspectos dos Recursos Humanos, opinando-se favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL
Presidente e Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei n.º 201/84, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury e outros, dispondo sobre ascensão funcional de ocupantes do Quadro de Funcionários do Poder Executivo, conforme especifica.— **Aprovado.**— Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 201/84, por 10(dez) Sessões.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SIQUEIRA CAMPOS", com sede e foro na Cidade de Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 112, de 29/10/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 285/84

PARECER:

A presente matéria é de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, com a qual pretende declarar de utilidade pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Siqueira Campos".

A entidade supra citada, conforme justifica o ilustre autor, e como se comprova com os documentos em anexo, está em pleno funcionamento e vem atendendo as finalidades para que foi criada, prestando assistência aos necessitados, sendo de real utilidade à comunidade.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que venha obstar sua tramitação normal por esta Casa de Leis, visto que estão atendidos todos os requisitos da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Somos, portanto, por sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/85, de autoria do PODER EXECUTIVO — (Mensagem n.º 02/85), que objetiva aplicar, na concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, os critérios estabelecidos pelo Art. 77, da Lei n.º 7.297, de 08/01/80, com a redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04/07/84. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 16/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 02/85, o plano de lei em exame tem por objetivo aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros, Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado, os critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei n.º 7.297, de 8 de janeiro de 1980, com a redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04 de julho de 1984.

Em sua exposição de motivos, o Chefe do Poder Executivo, cuja competência para iniciativa de Leis que tratem de vencimentos de servidores públicos ou aumentem a despesa pública lhe é deferida pelo art. 25, § 1.º, "b", da Constituição do Estado, esclarece que o Projeto tem respaldo nos parágrafos 3.º, 4.º e 5.º, do Artigo 41 da Carta Magna Estadual, através dos quais é estabelecida a igualdade de garantias entre Desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça e Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado; destes com os Auditores da referida Corte de Contas; e destes últimos com os Procuradores junto ao mesmo Tribunal.

Considerando que a iniciativa encontra respaldo nos artigos 35 e 47, I, da Constituição Estadual, inexistem quaisquer óbices de ordem legal para que o Plano de Lei possa ter a sua normal tramitação por esta Casa.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27/03/1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 16/85

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 02/85, tem por objetivo aplicar, na concessão de Gratificação Adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros, Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado, os critérios estabelecidos pelo Artigo n.º 77, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04 de julho de 1984.

A matéria foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido Parecer Favorável em seu aspecto legal e constitucional.

A justificativa que acompanha a Mensagem, dá conta da necessidade da medida proposta.

Nestas condições e não havendo nenhum óbice de natureza financeira, objeto de análise desta Comissão, nosso parecer é FAVORÁVEL, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 16/85

PARECER:

Através Mensagem do Poder Executivo, o presente projeto de lei tem por finalidade estabelecer critérios estabelecidos pela legislação específica referente a gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores, junto àquele Tribunal.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre o mérito da matéria, temos que, de acordo com o Ofício n.º 174/85, de 04.02.85, do Presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, tal proposição virá estabelecer aos membros daquele Tribunal, idêntica situação relativa ao cálculo da gratificação adicional por tempo de serviço.

Nestas condições, e tendo em vista o espírito de justiça que pretende o Projeto em tela, visando estabelecer um ordenamento legal em relação aos outros Poderes, referentes ao cálculo para o pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

Presidente e Relator.

Em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, se os pequenos delitos constitucionais pudessem ser cominados no código de contravenções, poderíamos enquadrar neste documento legal a Assembléia Legislativa do Paraná, nesta tarde.

Antevejo os advogados da Velha República, assessorados por solicitadores acadêmicos de gravata e de crachás, impetrando não ações populares ou arguições de inconstitucionalidade, mas processando a Nova República por plágio, porque ela procede da mesma maneira que a Velha República induzindo a aprovação de projetos absolutamente inconstitucionais a esta Assembléia.

Sr. Presidente, o Artigo 98 da Constituição Federal, estabelece uma única exceção constitucional para vinculação de vencimentos entre os poderes da República.

O Artigo 98 garante expressamente, prerrogativas, direitos e vencimentos iguais aos Ministros do Tribunal de Contas da União e aos Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

Já a Constituição do Estado do Paraná, garante os mesmos direitos e prerrogativas, mas não enumera, não garante vencimentos, não se confundam direitos com vencimentos, todos os cidadãos têm os mesmos direitos perante a lei, têm as mesmas garantias perante a lei, mas não têm os mesmos vencimentos.

Além disso, a Constituição do Paraná, equipara Auditores e Procuradores, aos Conselheiros nas suas garantias e prerrogativas e não aos seus vencimentos.

Se por um princípio de isonomia tivéssemos que pagar aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná, salários vinculados, eles seriam ao Tribunal de Alçada, que equivale na organização judiciária do Estado ao Tribunal Federal de Recursos, mas esta inconstitucionalidade, é encontrável no texto da Constituição do Estado do Paraná, no entanto esta lei que

se aprova agora, embora justa quanto à intenção de proporcionar aumentos aos Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, é absolutamente inconstitucional, senão pelos motivos já por mim expostos, pelo fato dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Justiça.

O aumento é legítimo, não acredito que um Deputado desta Assembléia, queira negar aos funcionários do Tribunal de Contas o direito a um melhor salário, mas o caminho constitucional era até este momento possível, poderíamos ter reformulado a Constituição e livrado o Estado do Paraná destes artigos absolutamente inconstitucionais, que dão garantias impossíveis.

Ainda outro dia, um alto funcionário do Estado me dizia, que a Procuradoria reconhece a inconstitucionalidade, mas que já faz muito tempo, que a interpretação extensiva quanto às garantias e às prerrogativas são entendidas também como garantias de vencimento.

O fato de serem estes dispositivos há muito tempo inconstitucionais, não os tomam constitucionais agora, eram inconstitucionais ontem, são hoje e serão amanhã.

Compromissos de mudança, assumidos na campanha eleitoral, nos levaram a propor à Bancada que se encaminhasse de outra forma esta situação, que se enquadrasse o Tribunal de Contas, na sua condição de órgão autônomo, mas vinculado, constitucionalmente ao Poder Legislativo que se equiparassem os salários dos Auditores e Procuradores aos salários dos Procuradores e Auditores da Assembléia Legislativa, que, certamente, nas atuais condições, significaria, para Auditores e Procuradores do Tribunal um salário maior, um salário melhor do que este que, inconstitucionalmente, se pretende confirmar neste sessão Plenária, desta tarde.

A 1a. Discussão, a 1a. Votação de qualquer Projeto, nesta Casa, é por força regimental, uma Discussão quanto à sua constitucionalidade, se eu, neste momento, concordasse com este absurdo inconstitucional, que está diante dos meus olhos e que é do conhecimento de todos os Deputados desta Assembléia não poderia, amanhã, levantar-me contra a mesma tentativa de se fazer aprovar uma reforma administrativa, inconstitucional e imoral.

Não vejo imoralidade em se levantar o salário do Tribunal de Contas que se encontra em condições desfavoráveis em relação aos outros Poderes, mas, conclamo os Deputados desta Assembléia a não compactuarem com mais esta imoralidade, pois daqui para frente, não poderão mais reclamar de inconstitucionalidade alguma.

Que seja este encaminhamento a minha declaração de voto, a minha solidariedade aos Auditores e Procuradores, que precisam de um salário decente e não têm neste momento, mas que fique clara a minha recusa de compactuar com situações absolutamente inaceitáveis com Deputados do povo.

O voto do Deputado é o voto de amizade, não é um voto de compadre, é um voto que tem uma profunda vinculação com os interesses da sociedade e votar matéria inconstitucional é votar contra os interesses do povo e contra os compromissos assumidos por todos os Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em votação o projeto.
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requeri-

mento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Aleixo Kotkoski, ocorrido no Município de Campo do Tenente.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando dispensa de redação final ao Projeto de Lei n.º 22/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 64/85), que autoriza abertura de crédito especial, alterando os orçamentos das Secretarias da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a conclusão da pavimentação da Rodovia PR-317, Toledo-Santa Helena, no trecho entre São Clemente e Santa Helena.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reformas gerais na Escola Estadual Marechal Rondon — Ensino de Primeiro Grau, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo maior apoio ao setor, no Município de Fênix.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação da rede de água no Distrito Administrativo de Bandeirantes D'Oeste, Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de um prédio próprio para abrigar a Inspeção Estadual de Ensino, no Município de Iretama.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUDESUL, por intermédio do Ministério do Interior, encarecendo a liberação de recursos a serem aplicados no combate à erosão, no Município de Janiópolis.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de um conjunto de casas populares no Município de Juranda.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a implantação de uma agência no Município de Mamborê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Sérgio Spada, constante do expediente, solici-

tando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja constituída uma Comissão Especial de Alto Nível e Suprapartidária, com a participação e orientação do ITC, destinada a dirimir dúvidas e estabelecer um consumo no que respeita à definição das divisas entre os Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu e São Miguel do Iguaçu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado, pela posse de sua nova diretoria.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a criação e implantação de agência de rendas estaduais no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de Companhia Independente da Polícia Militar no Município de Umuarama.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Vereador Antonio Toron, da Bancada do PDS de Nossa Senhora das Graças e do Prefeito Alcides Fernandes do Município de União da Vitória.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, com cópias à Bancada paranaense no Congresso Nacional, encarecendo para que seja reconhecida à mulher que trabalha na lavoura, o direito à aposentadoria por idade aos 50 anos, ou por tempo de serviço aos 25 anos de atividades no campo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria de Finanças, manifestando a esperança do povo de São Jorge do Patrocínio, no tocante a abertura de uma agência daquela instituição no referido Município.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo para que o mesmo determine, através do Departamento de Educação Alimentar — FUNDEPAR, o estudo da possibilidade da inclusão com a respectiva divulgação dos produtos de origem avícola no cardápio diário da merenda escolar da rede Estadual de Ensino de primeiro Grau.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita das Bancadas com assento nesta Casa, que indiquem os membros da Comissão que irá verificar a situação da Colônia Tomaz Coelho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 22/85

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 339/84

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 290/84, e dos Projetos de Lei nºs 153/84, 285/84 e 16/85

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 20/84 e 213/84.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1985

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Francisco Escorsin.

Às 17:10 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adnail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 294/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina “VICTÓRIO FRANCOVIG”, a rodovia que liga o Distrito de Tamarana, no Município de Londrina à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 113, de 30/10/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 294/84

PARECER:

O projeto de lei em questão, de autoria do nobre Deputado Fiori Luiz, pretende dar a denominação de “VICTÓRIO FRANCOVIG”, à rodovia que liga o Distrito de Tamarana, no Município de Londrina, à PR-455.

A iniciativa vem devidamente justificada e não há qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que se lhe possa antepor.

Nestas condições o nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 303/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina “ARTHUR HOFFIG” o trecho da Rodovia PR-160, que liga os Municípios de Sertaneja e Congonhinhas. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 117, de 07/11/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 303/84

PARECER:

Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, denominar de “ARTHUR HOFFIG”, o trecho da Rodovia PR-160, que liga os Municípios de Sertaneja a Congonhinhas.

É inegável a homenagem que se pretende prestar ao ilustre pioneiro da região do Norte do Paraná, que através do seu trabalho muito contribuiu para o seu engrandecimento.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nada que venha obstar a sua normal tramitação por esta Casa, visto que a matéria é legal e constitucional, razão pela qual somos pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 307/84, de autoria dos Deputados AMÉLIA HRSUCHKA, NILSO SGUAREZI, DIRCEU MANFRINATO E OUTROS, que estabelece a obrigatoriedade de criação de creches em Repartições Públicas e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 117, de 07/11/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 307/84

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria da ilustre Sra. Deputada Amélia Hrsuchka e dos ilustres Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Dirceu Manfrinato, Orlando Pessuti e Tadeu Lúcio Machado, estabelece a obrigatoriedade de criação de creches em repartições públicas e dá outras providências.

A medida visa suprir a falta de assistência à maternidade e à infância, em especial aos filhos de servidoras públicas.

A matéria fere preceito constitucional, pois uma vez que determina aumento de despesa, se inclui entre as medidas que são atribuição exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Contuão, é inegável o elevado alcance social que a referida medida acarreta. Daí porque acreditarmos ser possível suprir o vício de origem com a sanção governamental.

Deste modo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do citado projeto de lei.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 320/84, de autoria do Deputado JORGE AMIN MAIA FILHO, que denomina RODOVIA BELIGNI E PANTANO o trecho da PR-539, entre Marilândia do Sul e Rio Bom. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 122, de 19/11/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 320/84

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Jorge Amin Maia Filho, denomina a Rodovia PR-539, trecho entre Marilândia do Sul e Rio Bom, de RODOVIA BELIGNI E PANTANO.

A matéria não possui nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que não permita o seu trâmite.

Por outro lado, a justificativa apresentada pelo autor, deixa evidente a justeza da homenagem àqueles dois pioneiros daquela região do norte paranaense.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
IVAN GUBERT — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.